

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**BEATRIZ VIEIRA RAUBER**

**COOPERAÇÃO EM DEFESA ENTRE CHINA E AMÉRICA LATINA: FUNDAMENTOS  
TEÓRICOS E DESAFIOS POLÍTICOS**

**Porto Alegre**

**2021**

**BEATRIZ VIEIRA RAUBER**

**COOPERAÇÃO EM DEFESA ENTRE CHINA E AMÉRICA LATINA: FUNDAMENTOS  
TEÓRICOS E DESAFIOS POLÍTICOS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik

**Porto Alegre**

**2021**

### CIP - Catalogação na Publicação

Rauber, Beatriz Vieira  
Cooperação em Defesa entre China e América Latina:  
Fundamentos Teóricos e Desafios Políticos / Beatriz  
Vieira Rauber. -- 2021.  
83 f.  
Orientador: Marco Aurélio Chaves Cepik.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Ciências Econômicas, Curso de Relações  
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Cooperação em Defesa. 2. China. 3. América  
Latina. 4. Segurança Internacional. 5. Defesa  
Nacional. I. Cepik, Marco Aurélio Chaves, orient. II.  
Título.

**BEATRIZ VIEIRA RAUBER**

**COOPERAÇÃO EM DEFESA ENTRE CHINA E AMÉRICA LATINA: FUNDAMENTOS  
TEÓRICOS E DESAFIOS POLÍTICOS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 04 de maio de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik – Orientador  
UFRGS

---

Profa. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira  
UFRGS

---

Prof. Dr. Carlos Schmidt Arturi  
UFRGS

Para minha irmãzinha Sofia e com ela todas as meninas, meninos e meninos que virão a desbravar a academia e o mundo. A única pessoa que pode lhe impor limites é você.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à República Federativa do Brasil pela oportunidade de me graduar em uma universidade pública de alto grau de excelência. Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela sua estrutura e esforço histórico em formar profissionais capazes e críticos. Em especial à Faculdade de Ciências Econômicas e sua equipe de profissionais, por ter me recebido em 2016 e me apoiado nesses cinco anos de graduação no decorrer das atividades de ensino, pesquisa e extensão que pude desenvolver durante esse tempo. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro concedido por 36 meses para o desenvolvimento da minha Iniciação Científica. Agradeço de todo o coração ao meu orientador, professor Marco Aurélio Chaves Cepik pela oportunidade concedida em 2017 e por toda trajetória que dela se desenvolveu. Agradeço não só pelas orientações e apoios concedidos na construção desse trabalho, mas também por tudo que aprendi nos últimos anos como bolsista tanto sobre a vida acadêmica quanto sobre o desenvolvimento pessoal. Mas principalmente obrigada por trazer à equipe Victória e Fernanda que comigo possibilitaram o monopólio feminino da equipe administrativa e tornaram as reuniões da bolsa alguns dos momentos mais especiais da minha graduação. Nessa linha eu tenho um mar de colegas e amigas a agradecer por todos esses anos me apoiando nos projetos, nos surtos, nas apresentações e nas disciplinas, então se não chamei pelo nome saibam que é porque fiquei com vergonha de passar de uma página. Obrigada às minhas “meninas da pós” - Débora, Laís, Larle, Luana, Marcela e Valeska – e Bruna por serem as mulheres que me inspiraram durante esses anos a seguir a vida acadêmica. E às minhas amigas que comigo se formam por me aguentarem nesse semestre difícil: Natália, Maitê, Sofia e Tarsila. À Rafaela que desde 2016 me arrasta e por mim é arrastada pelos altos e baixos da vida de graduanda e que sem ela minha experiência teria tido muito menos graça. Giovanna e Micaela obrigada pela compreensão e me desculpo pelas ausências. Agradeço à minha família de ambos os lados que durante esses cinco anos me apoiou não me deixou sucumbir “nem aqui nem na China” às loucuras da graduação. Por fim, agradeço à minha mãe por ser meu primeiro e maior exemplo de uma acadêmica incrível e uma mulher inspiradora.

“漫云女子不英雄，  
万里乘风独向东。”  
(秋瑾， 1875-1907)

*“Don’t speak of how women can’t become heroes:  
alone, I rode the winds eastward, for ten  
thousand leagues.” (Qiu, 1875 – 1907)*

## RESUMO

Esta pesquisa propõe-se a entender como os principais fundamentos teóricos e desafios políticos atuam na promoção da possível cooperação em defesa entre China e os países da América Latina. Objetiva-se compreender assim como a presença de uma cooperação em defesa pode ser instituída entre estas regiões antípodas em uma realidade multipolar de crescente insegurança. Dentre os objetivos buscou-se assimilar o que significa no sistema contemporâneo uma cooperação em defesa, como a superpotência China propõe tal mecanismo com seus parceiros e de que forma a América Latina pode se inserir na proposta global de cooperação chinesa. A metodologia segue abordagem dedutiva e seu esforço foi dividido em três capítulos em cadeia de raciocínio descendente. Primeiramente, executa-se uma revisão da bibliografia que aborda cooperação no âmbito biológico, lógico e em relações internacionais, mais especificamente em segurança e defesa. Em seguida é feita uma análise da estratégia chinesa de cooperação em defesa na tentativa de identificar algo similar a um modelo chinês de cooperação. Por fim, projeta-se a estratégia de cooperação chinesa para a região da América Latina levando em consideração os progressos já executados, as possibilidades futuras e os desafios contemporâneos. A pesquisa demonstra que a cooperação em defesa é uma alternativa ao conflito e a desconfiança entre Estados, mas sua dependência da reciprocidade entre os agentes a torna desafiadora. Dentre as possíveis soluções desse dilema, a China apresenta aos países de terceiro mundo um modelo de cooperação em que as expectativas e demandas entre os agentes não atuam em detrimento de sua autonomia e soberania. Os últimos resultados apresentam que a China apesar de ser a maior parceira comercial de um grande número de países da América Latina, sua participação fica resumida à econômica. Conclui-se que embora a China já tenha dado os seus primeiros passos na região através da instalação de fóruns multilaterais, o contexto político latino americano impede o desenvolvimento de uma cooperação em defesa mais robusta.

**Palavras-chave:** Cooperação em Defesa. China. América Latina. Segurança Internacional. Defesa Nacional.

## ABSTRACT

This research proposes to understand how the main theoretical foundations and political challenges play out in the promotion of possible defense cooperation between China and Latin American countries. It aims to understand how the presence of defense cooperation can be established between these antipodean regions in a multipolar reality of growing insecurity. Among the objectives, it was sought to comprehend what a defense cooperation means in the modern system, how the Chinese superpower proposes such a mechanism with its partners, and how Latin America can insert itself in China's global cooperation proposal. The methodology follows a deductive approach and its effort is divided into three chapters in a chain of descending reasoning. First, there is a review of the bibliography on cooperation in the biological, logical and international relations fields, more specifically in security and defense. Next, an analysis is made of the Chinese defense cooperation strategy in an attempt to identify something similar to a Chinese model of cooperation. Finally, the Chinese cooperation strategy for the Latin American region is projected taking into account the progress already made, as well as future possibilities and contemporary challenges. The research shows that defense cooperation is an alternative to conflict and mistrust between states, but its dependence on reciprocity between agents makes it challenging. Among the possible solutions to this dilemma, China presents third world countries with a model of cooperation in which expectations and demands among agents do not act to the detriment of their autonomy and sovereignty. The last results show that although China is the largest trading partner of a large number of Latin American countries, its big participation stops in the economic matters. The conclusion is that although China has already taken its first steps in the region through the installation of multilateral forums, the Latin American political context prevents the development of a more robust defense cooperation.

**Keywords:** Defense Cooperation. China. Latin America. International Security. National Defense.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AL	América Latina
BRI	Belt and Road Initiative
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CMC	Central Military Command
COSBAN	Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação
EUA	Estados Unidos da América
FOCAC	Fórum de Cooperação China e África
IBAS	Índia, Brasil, África do Sul
LAC	Latinoamérica y Caribe
OCX	Organização para Cooperação de Xangai
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Trado do Atlântico Norte
PCC	Partido Comunista Chinês
PLA	People's Liberation Army
PLAN	People's Liberation Army Navy
RI	Relações Internacionais
RPC	República Popular da China
SI	Sistema Internacional
UA	União Africana
UE	União Europeia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>COOPERAÇÃO EM DEFESA: ASPECTOS TEÓRICOS</b> .....	<b>17</b>
	2.1 TEORIA DA COOPERAÇÃO .....	18
	2.2 COOPERAÇÃO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	23
	2.3 COOPERAÇÃO EM DEFESA .....	29
<b>3</b>	<b>O MODELO CHINÊS DE COOPERAÇÃO EM DEFESA</b> .....	<b>37</b>
	3.1 ESTRUTURA DE DEFESA E POLÍTICA EXTERNA CHINESA.....	38
	3.2 AS PRÁTICAS CHINESAS DE COOPERAÇÃO EM DEFESA .....	43
<b>4</b>	<b>COOPERAÇÃO EM DEFESA CHINA E AMÉRICA LATINA</b> .....	<b>55</b>
	4.1 A CRESCENTE PRESENÇA DA CHINA NA AMÉRICA LATINA .....	58
	4.2 O CASO DO BRASIL .....	64
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>68</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>72</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A ascensão da China no Sistema Internacional (SI) intensificou-se nos últimos anos com a promoção da Iniciativa Belt and Road (BRI) e a condução de investimentos estrangeiros em todos os continentes do mundo. Nos últimos quinze anos o país aplicou mais de 2 (dois) trilhões de dólares em investimento estrangeiro direto e construções de infraestrutura (AEI, 2021). A República Popular da China (RPC) é também membro permanente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), no qual nos últimos anos tem ampliado sua contribuição ao participar em um número crescente de missões de paz lançadas principalmente no continente Africano. Ademais, no âmbito do Conselho é o membro permanente que mais enviou tropas a serviço da ONU no decorrer do século XXI (LEI, 2018). Vistos estes dados entende-se que o estudo das potencialidades da cooperação na área de defesa entre a RPC e o restante do sistema internacional e conseqüentemente, com as principais potências do subcontinente latino-americano (dentre elas o Brasil) é fundamental para um melhor entendimento dos condicionantes estratégicos que permeiam a região atualmente.

A cooperação é uma dimensão importante para que os Estados possam atingir seu objetivo de ampliação da sua segurança no sistema internacional, afinal aliando-se aos estudos consolidados que tratam da evolução humana e natural é possível afirmar que o elemento decisivo da evolução é o grau de cooperação avançado (NOWAK; HIGHFIELD, 2011). Somada essa análise à perspectiva de que a tomada de decisão de política externa é um processo complexo que visa à maximização da segurança e do bem-estar dos atores (STEINBRUNER, 2002), percebe-se que a cooperação internacional em defesa pode ser apresentar como uma alternativa para a maior segurança dos Estados no Sistema Internacional. Em caráter prático, a cooperação em defesa nesse trabalho é entendida como a relação entre Ministérios de Defesa e Forças Armadas de diferentes países, podendo se dar sob a forma de trocas de visitas, treinamentos militares, mecanismos de debates, acordos bilaterais, entre outros (COTTEY; FORSTER, 2004; SHEN, 2018).

Ainda que deva ser reconhecido como um conceito contestado nos estudos de relações internacionais, seguindo a linha do Dicionário de Segurança e Defesa (SAINT-PIERRE; VITELLI, 2018), o conceito de Segurança Internacional no presente trabalho terá como foco a busca por assegurar aos Estados e seus indivíduos a superação e possivelmente a eliminação de ameaças existenciais (VILLA; BRAGA, 2018). O conceito de Defesa pode ser compreendido como o conjunto de ações estatais que visam garantir a segurança nacional, através da vertente de planejamento militar nacional (REISDOERFER, 2018). Ademais, interpreta-se o Sistema Internacional como anárquico composto por Estados (unidades), cuja estrutura varia principalmente mediante a mudança de capacidade de cada unidade (mudança de polaridade) (WALTZ, 1979). Frente esta ótica, estes Estados se preocupam com a divisão de ganhos relativos e a possibilidade de perder quando comparado aos demais, o que limita a cooperação entre eles (JERVIS, 1999; WALTZ, 1979). Ainda que, internacionalmente, a comunidade lamente gastos improdutivos com defesa própria frente ao sistema tendo em vista oportunidades de minimização de custos por meio da cooperação, este segue sendo um processo delicado e que produz receios entre os países (WALTZ, 1979).

Os ganhos possibilitados pela cooperação em segurança também são referenciados no debate internacional, como uma capacidade de gerar lideranças em regimes internacionais e com isso impactar a ordem mundial, intermediando interesses particulares (PAES *et al.*, 2017). No que tange às evoluções tecnológicas a China se apresenta como principal eixo com potencial de cooperação para os países em desenvolvimento. Nos últimos anos as capacidades militares chinesas cresceram sem precedentes: através da gestão de Hu Jintao, o orçamento de defesa chinês aumentou 15 por cento ao ano, sendo o orçamento mais recente estimado em mais de USD 193,3 bilhões (IISS, 2021). A política chinesa não se comprometeu apenas com a atualização das capacidades militares, mas renovou também sua estrutura organizacional e sua doutrina (MARCONDES; BARBOSA, 2018).

A presença chinesa pode ser notada em diferentes regiões do globo como América Latina, África e Ásia com projetos cibernéticos, operações de paz e acordos de cooperação em defesa que ampliam o escopo de estratégias para a manutenção da

paz, além das tradicionais alianças militares, acordos e tratados. No que tange às relações com a América Latina, a presença chinesa aumentou na última década, tendo se tornado a segunda maior parceira comercial da região e no caso do Brasil a principal parceira (WISE; CHONN CHING, 2018). Ademais, nos últimos 15 anos o número de visitas de alto nível e correspondências militares aumentou fortemente entre as forças armadas chinesas e latino-americanas, especialmente brasileiras (MARCONDES; BARBOSA, 2018). Abriu-se margem, portanto, para uma potencial expansão da presença chinesa e da cooperação em defesa na região.

O trabalho busca entender como os principais fundamentos teóricos e desafios políticos atuam na promoção da possível cooperação em defesa entre China e os países da América Latina. Teve-se como hipótese inicial de que, por a cooperação em defesa ampliar possibilidade de paz e estabilidade entre os Estados que por ela cooperam, os países latino-americanos seriam fortes candidatos para uma ampliação nas relações entre forças armadas e outras estratégias de cooperação em defesa com a China. Imaginou-se que ao impulsionar uma dinâmica mais diplomática entre os agentes e as instituições, a cooperação em defesa permitiria aos governos nacionais a minimização de custos de segurança garantindo ganhos relativos que não foram oferecidos por nenhuma outra potência. Por esses motivos e tendo em vista a posição internacional e as condições sociais e econômicas da América Latina, a China se apresenta como parceira potencial para novos arranjos de cooperação em defesa. Todavia, ao realizar a análise e compreender a motivação chinesa para a cooperação assim como as circunstâncias atuais do sistema internacional percebeu-se que quaisquer possíveis projetos de cooperação em defesa entre os países tendem a neste momento encontrar-se estagnado.

Para responder esses questionamentos, primeiro foi necessário entender por que os países cooperam. Assumiu-se como premissa que a cooperação em defesa e segurança é ainda mais difícil do que outras variantes deste processo, conforme indicam as teorias de relações internacionais. Todavia também se entende que a cooperação em defesa é possível a partir do mecanismo de reciprocidade. O primeiro capítulo tem como metodologia a revisão do conceito de cooperação em diferentes arcabouços teóricos. Iniciou-se com a revisão da cooperação como mecanismo

evolucionário no âmbito matemático e biológico. Em seguida, revisou-se o entendimento do conceito para a disciplina de relações internacionais e suas teorias gerais. Por fim analisaram-se as teorias de médio alcance sobre cooperação em defesa. Com esse capítulo não apenas foi possível entender melhor as diferentes dimensões da cooperação e como a cooperação em defesa se insere no trabalho, mas também trouxe duas conclusões preliminares. A primeira conclusão foi quanto à inexistência de um entendimento consensual sobre a viabilidade da cooperação em defesa. Por outro lado, a segunda conclusão é que a literatura teórica identifica mecanismos e benefícios da cooperação. Os principais benefícios identificados foram a redução de custos na indústria de defesa e o fortalecimento da segurança regional. A continuidade da pesquisa analisou o caso empírico de cooperação em defesa entre a China e a América Latina.

Com o segundo capítulo tem-se a intenção de melhor compreender as capacidades militares e de defesa da China e com isso analisar como o país organiza seus processos de cooperação em defesa com diferentes parceiros. Para isso discutiu-se brevemente a respeito dos agentes estatais formuladores da política externa e como isso se enquadra na política de cooperação em defesa, especialmente no que tange às forças armadas. Tratou-se também da atuação da China em áreas estratégicas como, cyber, espaço, inteligência artificial e questões nucleares, na tentativa de entender como a China utiliza da cooperação para abordar tais temas. A fim de buscar compreender melhor se é possível indicar a existência de um modelo de cooperação chinesa e qual seria este, o capítulo apresenta a relação da China com os países Africanos no Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) e com seus vizinhos da Ásia Central através da Organização de Cooperação de Xangai (OCX). Desse capítulo depreende-se que a cooperação em defesa se insere no plano de longo prazo da RPC de possibilitar um novo modelo de relações internacionais que tem em seu centro a cooperação com ganhos recíprocos. Ademais se interpreta também que a China, na tentativa de alcançar essa multipolaridade com desenvolvimento coletivo, utiliza de mecanismos multilaterais de cooperação que facilitem o diálogo com múltiplos parceiros.

Por fim, o terceiro capítulo busca enquadrar o entendimento teórico estudado do que leva a uma cooperação em defesa entre dois países, além do que se pode ter como consequência, junto ao modo de cooperação chinês, a fim de finalmente compreender os desafios que pautam a interação entre China e América Latina. Demonstrou-se como a China se insere na América Latina e como esta inserção se justifica nos documentos e na política externa chinesa. Buscou-se também analisar o mecanismo multilateral estabelecido pela China na região, o Fórum de Cooperação China-CELAC, com o objetivo de buscar similaridades com os demais mecanismos estudados. Em um último momento, colocou-se em foco a cooperação da China com o Brasil, o seu principal parceiro comercial da região, a fim de compreender como se dá no âmbito bilateral essa relação e o quão desenvolvida ela se encontra no âmbito de defesa. Identificou-se que no que tange à América Latina e o Caribe, a presença chinesa ainda é fundamentalmente econômica, podendo-se considerar que essa relação se encontra em um estágio inicial com uma potencialidade de ampliar suas trocas em defesa ainda não explorada em diversas áreas e entre a maioria dos países junto à China.

## 2 COOPERAÇÃO EM DEFESA: ASPECTOS TEÓRICOS

Os processos de cooperação são objeto de estudo das mais diversas áreas do conhecimento, mas são tradicionalmente e historicamente estudados no campo da biologia. Parte do currículo escolar, por exemplo, traz durante os anos de formação dos jovens estudantes assuntos como a sobrevivência dos líquens por meio da junção de um fungo e uma alga (mutualismo), um pássaro que se posiciona na boca de um crocodilo que limpa a arcada dentária do predador ao comer os dejetos, grupos de carnívoros que dividem a caça ainda que esta tenha sido feita por apenas alguns deles. Ademais, desde a infância o ser humano aprende que para uma melhor convivência em sociedade é necessário saber dividir, trabalhar em equipe, formar grupos, seja por meio de ensinamentos na pré-escola seja por sua própria experiência de vida. Por fim, os estudos se aprofundam e a cooperação afeta à História e seus eventos, as alianças durante as Guerras Mundiais, as revoluções cujos componentes originavam de diferentes classes e escalões, a formação das grandes organizações internacionais.

Observados esses elementos tende-se a concluir que a cooperação é uma parte fundamental da existência da vida na Terra, todavia sabe-se também que a realidade se apresenta para muitos como um ambiente egoísta e competitivo que distingue constantemente àqueles capazes dos incapazes, sendo então baseada na seleção natural. Sendo assim, durante os últimos séculos diferentes gerações da ciência ocidental se propuseram a explicar e entender por que ocorre a cooperação e por que seria vantajoso contar com a ela para a melhor inserção na sociedade.

Os estudos na área das Ciências Sociais não se isentaram dos debates sobre cooperação. A ciência política por vezes apresenta esses pontos nas pesquisas a respeito das sociedades como grupo, enquanto alguns sociólogos buscam compreender a interação de minorias. Já as Relações Internacionais (RI) aplicam o conceito de cooperação nas relações entre os agentes Estatais e não estatais do Sistema Internacional. Assim, como outros conceitos da área, o processo de cooperação e suas consequências são vistos de maneira distinta pelas diferentes teorias de RI. O objeto de estudo desse trabalho no campo das relações internacionais são as relações entre os Estados e com isso a cooperação entre eles. Sendo assim,

entende-se que outros processos com outros atores não necessariamente se apresentam da mesma forma. A cooperação interestatal pode ocorrer de diferentes formas e em diferentes áreas de interesse dos Estados, assim como as consequências e as origens desse processo, as maneiras como este pode ocorrer também não são um consenso na área. A cooperação em defesa se torna, portanto um tópico ainda mais contraditório e pouco explorado no campo, uma vez que as formas mais exploradas são as relações comerciais, culturais ou dentro de organizações internacionais. Um dos motivos se dá pelo caráter delicado do assunto que implica em mudanças no status de segurança dos Estados, um dos elementos mais antigos e disputados na história da disciplina de RI.

O presente capítulo se propõe, portanto, a compreender por que a cooperação se mostra uma opção positiva para os Estados em um Sistema Internacional anárquico. Ele se divide em três partes. A primeira busca abordar o conceito de cooperação propriamente dito considerando suas origens biológicas e apresentando visões matemáticas sobre o tópico. A segunda parte busca enquadrar o conceito de Defesa e compreender as dinâmicas de segurança do Sistema Internacional para com isso poder enquadrar os processos de cooperação. Por fim, a terceira parte do capítulo visa apresentar o conceito de cooperação nas Relações Internacionais e aplicar o que foi então trabalhado para entender como este pode contribuir para a segurança dos Estados por meio da cooperação em defesa.

## 2.1 TEORIA DA COOPERAÇÃO

Um dos conhecimentos mais tradicionais da evolução da vida na Terra é a obra da vida de Charles Darwin, a Teoria da Seleção Natural. Segundo esta a evolução é derivada de duas premissas a mutação e a seleção, que promovem a adaptação dos genes de cada ser vivo ao longo da história. Como consequência a função existencial dos seres vivos passa a ser a propagação de sua combinação genética preferencialmente em detrimento da propagação de outros seres, afinal os recursos são escassos (DARWIN, 1913). Para o biólogo a cooperação se apresenta então como um ato irracional uma vez que o racional é o egoísmo. Todavia, com o passar dos séculos o

estudo da evolução se voltou para elementos mais complexos e dentre eles o estudo do processo de apoio e ajuda ao próximo. A obra de Nowak (2011) apresenta os principais desenvolvimentos no estudo sobre cooperação na segunda metade do século XX. Afirmando que ainda que a cooperação seja irracional, a evolução usou dos diversos mecanismos de cooperação para superar as limitações derivadas da seleção natural. O autor trata a cooperação como o terceiro ingrediente que somado com as premissas de Darwin de mutação e seleção são responsáveis pelo desenvolvimento de entidades complexas como a sociedade. Um dos exemplos apresentados repetidas vezes no decorrer do livro é o caso dos gritos de aviso emitidos por animais de diferentes espécies que vivem em sociedade; esse fenômeno ocorre entre aves e mamíferos na ocasião da aproximação de um predador. Esse exemplo contradiz as explicações clássicas da evolução e necessidade de sobrevivência por expor o emissor a um perigo maior ao denunciar sua localização, todavia o resultado possibilita o bem estar do grande grupo. Ademais, o autor busca distintas explicações do que leva, então, os seres vivos a cooperarem trazendo dentre elas a importante ideia de reciprocidade indireta, ou reputação. Segundo essa premissa, a possibilidade de observação da ação pelos próximos é o que garante o funcionamento da sociedade moderna, uma vez que as atitudes de um agente podem eventualmente serem replicadas contra ele. Essa atitude coletiva é para o biólogo a base que explica a dentre outros elementos a divisão de trabalho. Dentre as importantes constatações que podem ser associadas às Relações Internacionais está a afirmação de que comportamentos altruístas podem ser considerados consequências diretas de motivações de cunho egoísta do agente racional. Da mesma forma, a cooperação entre os Estados em diferentes assuntos, como comercial ou sociocultural, pode ser analisada sobre a ótica do seu próprio interesse na maneira que se insere nos debates internacionais.

O trabalho de Axelrod (1984) é uma das principais contribuições para o estudo da cooperação e sua evolução. Sendo professor do departamento de ciência política e políticas públicas, ele propôs um jogo de dilema do prisioneiro em uma simulação de computador. O autor trata no seu livro de investigar o que leva duas partes a cooperarem nas mais distintas áreas de estudo. Para isso inicia seu texto apresentando as bases do Dilema do Prisioneiro de forma a compreender os benefícios da cooperação

e as dificuldades que se apresentam para garantir esse modelo de relação, tendo em vista todos os possíveis resultados. A abordagem evolutiva de Axelrod leva em consideração que as decisões não são tomadas com bases genéticas, senão estratégicas.

O Dilema é uma das bases para compreender os prós e contras do egoísmo *versus* a cooperação, simplificadamente duas pessoas (A e B) que haviam cometido um crime juntas foram presas e mantidas em celas diferentes, lhes foram dadas duas opções denunciar a outra, ou manter o silêncio sem providenciar provas. Para essa circunstância são possíveis quatro resultados: i) A denunciar B e B se omitir, ii) ambas se denunciarem, iii) ambas se omitirem e iv) B denunciar A enquanto esta se omite. Cada uma dessas possibilidades gera uma pena diferente no caso da denúncia unilateral aquela que foi denunciado ficará preso por 4 (quatro) anos, enquanto quem denunciou será solto depois de um ano, caso a denúncia seja mútua ambas sofrem uma pena de 3 anos, por fim caso ambas se omitam a pena é de apenas 2 anos. Sendo assim, para A os resultados são os seguintes  $i > iii > ii > iv$ . O dilema se mostra então pelo fato de que, conforme Axelrod, diferentemente do xadrez em que uma das partes pode fazer seu jogo baseado unicamente na sua estratégia para a vitória, o cenário de decisões do dilema depende diretamente da estratégia que será adotada pelo outro jogador.

A conclusão das rodadas de jogos propostas por Axelrod em busca de uma estratégia dominante teve um resultado curioso, uma vez que a alternativa estrategicamente dominante se mostrou uma das técnicas mais simples. A vencedora denominada *tit-for-tat* sempre cooperava na primeira jogada, mas respondia as deflexões do outro jogador com uma deflexão na rodada seguinte e vice-versa. Um dos importantes fatores que o autor identifica como significativos para o estabelecimento de uma cooperação é a chance de interações futuras ou a continuação dessas interações, todavia só esse fator não garante a cooperação porque essa ainda é dependente da estratégia de ambas as partes.

Um ponto importante trazido tanto por Axelrod quanto por Nowak é que apesar de aqueles com instintos egoístas prosperarem em um primeiro momento aos custos daqueles que buscam cooperar, a cooperação ao longo prazo se mostra mais vantajosa

para as partes gerando um maior acúmulo de pontos e vantagens, enquanto estratégias exclusivamente egoístas acabam por gerar seu próprio fim. Ambos os estudos acabam por enfatizar a importância de uma relação positiva entre seus pares em detrimento de um estímulo inconsequente às disputas na tentativa de se manter isolado e superior. A humanidade desde seus primeiros passos se vê diante da bipolaridade entre altruísmo e egoísmo, paz e guerra, cooperação ou isolacionismo; as civilizações que triunfaram podem ter o feito em detrimento de outras e através de combates, mas elas não foram capazes de se manter sem a manutenção de certo nível de contentamento da sua população.

Ao apresentar que a cooperação se mostra um fenômeno intrínseco à sociedade humana, a prática desta entre os diferentes Estados se torna uma questão de formulação de políticas e diálogos entre os líderes. Ainda que os Estados não respondam a uma autoridade central, sua capacidade de comprometer em prol de um bem comum não deve ser considerada inatingível. A cessão de um controle total para um controle coletivo pode se demonstrar positiva, considerando que a soma das vantagens se todos os agentes adotarem essa postura cooperativa é maior do que frente à adoção de um isolacionismo.

Para analisar a cooperação como elemento de interação entre os Estados faz-se necessário primeiro enquadrá-la na própria formação destes. As obras que se mostram mais compatíveis com essa teoria são os estudos de Contrato Social de Thomas Hobbes (2014) e John Locke (1978). No que diz respeito a estes pensadores pode-se trazer à tona que a ideia de um contrato social é muito similar à cooperação entre indivíduos que gera e viabiliza uma sociedade, o Estado apesar de ser mais do que a soma das partes, possui uma interpretação similar a de um humano artificial seguindo seus instintos egoístas. Todavia apesar de acabar por contradizer a própria ideia dos autores a cooperação interestatal nada mais é do que uma nova etapa na organização das sociedades ao redor do mundo.

Os tidos motivos de discórdia entre os homens de Hobbes e seus respectivos símbolos (Glória, ou reputação; Competição, ou cobiça; Desconfiança, ou segurança) podem ser facilmente encontrados entre os Estados realistas, o que reforça a ideia de possibilidade de comprometimento entre os agentes do sistema internacional em prol

da segurança e bem estar de todos. O trabalho de Locke, contemporâneo de Hobbes, que explica a formação dos Estados por meio de uma diferente interpretação do contrato social (contrariando o pensador anterior) traz um entendimento importante de que os indivíduos e os diferentes núcleos, mesmo na ausência de um poder político central possuem interesses comuns e a capacidade de solidariedade que justamente dá início ao contrato entre elas. Da mesma forma, o sistema internacional não depende de uma autoridade central para permitir o surgimento de novas formas de cooperação.

Portanto, o Estado surge segundo pensadores tradicionais como Hobbes e Locke por meio de uma estrutura de Contrato Social que visa garantir o bem estar da sociedade e a segurança dos indivíduos. Contrariando o que muitos podem ter como caminho lógico da evolução do sistema, o Sistema Internacional não apresenta uma autoridade central, sendo fundamentalmente caracterizado pela anarquia. Dessa forma, os Estados devem encontrar estruturas para se relacionarem entre si, como os demais agentes estudados historicamente o fizeram, sejam os diferentes grupos sociais, sejam os diferentes ecossistemas. Apesar desta justificativa buscada nas áreas biológicas e das ciências matemáticas, as teorias de política e especialmente as relações internacionais analisam a relação entre os seus agentes de maneira distinta, mais fortemente voltada para a ideia de atores egoístas e interesses próprios que iniciou o atual debate sobre cooperação. Nas circunstâncias atuais de globalização no século XXI é mais fácil identificar a necessidade de cooperação e diálogo em assuntos que aparentam concernir o mundo inteiro, como o meio ambiente e a sua sustentabilidade e como se apresentou em 2020, pandemias. Todavia, assuntos mais delicados e que ameaçam infligir na ordem dos países, na sua soberania, ou no seu posicionamento no Sistema Internacional tendem a ser pontos de muito mais atritos do que outros acordos e por vezes podem ser completamente descartados das rodadas de debate.

A continuação deste capítulo busca identificar os estudos a respeito de cooperação na área de segurança internacional e as possibilidades e circunstâncias já encontradas entre os Estados para engajar além das zonas mais tradicionais de cooperação como comércio e saúde. Por fim, busca-se compreender como a cooperação existe como opção no tópico de defesa que é a última barreira dos Estados frente aos demais agentes do SI. Para tratar desse tema faz-se necessário revisar a

literatura existente sobre o tópico da cooperação em defesa, e de maneira mais abrangente a cooperação na área de segurança, e as posições das diferentes teorias de relações internacionais.

## 2.2 COOPERAÇÃO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A observação e o reconhecimento dos processos de cooperação na área de Relações Internacionais se apresentam desde os movimentos fundadores da disciplina em trabalhos clássicos tanto do campo realista como do campo liberal. Todavia, o próprio entendimento do que seria cooperar e qual a sua função na dinâmica interestatal possui diferentes explicações, todas academicamente relevantes em suas respectivas abordagens e metodologias. O que durante a maior parte do século XX foi entendido como o processo de alianças<sup>1</sup> entre Estados em situações de conflito, atualmente passa a ser examinado sobre uma ótica da busca por uma maior segurança regional gerando inclusive processos de integração de agências de defesa (DALLA COSTA, 2008). Keohane e Nye (1977) indicam que na ordem internacional contemporânea uma total independência de um Estado se demonstra quase impossível. A cooperação passou a ser o mecanismo que permite a solução de problemas comuns e a sustentação de ganhos conjuntos potenciais. Seguindo essa linha Dalla Costa (2008) se utiliza de Keohane (1984) para conceituar o processo de cooperação nas relações internacionais, justifica-se que esse mecanismo ocorre quando os atores adaptam suas políticas e comportamentos à preferência de outros através do processo de coordenação de políticas. Jervis (1999) se propõe a apresentar as distintas visões do neoliberalismo e das vertentes do realismo acerca dos processos de cooperação e de como este fenômeno se insere nas respectivas teorias. O neoliberalismo ressalta a importância das instituições como forma tradicional de cooperação e, conforme já foi observado, o mecanismo é considerado uma estratégia

---

<sup>1</sup> Alianças são mecanismos voltados para ampliar a segurança de um Estado frente a ameaças internas e externas. São entendidas principalmente como associações entre Estados que se comprometem a apoiar-se militarmente frente a circunstâncias específicas. Os elementos que garantem a persistência de uma aliança são segundo fatores domésticos, fatores internacionais, a institucionalização e a socialização dos Estados (DUFFIELD; MICHOTA; MILLER, 2008).

esperada do sistema para a garantia da sua sobrevivência (em oposição a geração de conflitos que apresenta um caráter anômalo). Todavia, autores como Wendt (1999), com o uso da teoria social apresentam que instituições podem ter efeitos tanto positivos quanto negativos na cooperação. Levando em conta a análise das dinâmicas interestatais sob a ótica do Dilema do Prisioneiro, faz-se importante dividir a posição realista entre realismo ofensivo e defensivo. Os realistas ofensivos julgam que poucas situações no sistema internacional podem ser solucionadas ou interpretadas sob a ótica do Dilema, assim o próprio processo de cooperação se mostra como algo inviável para os Estados em um sistema anárquico tendendo a vulnerabilizar mais os Estados que o adotam (JERVIS, 1999). Enquanto isso, o realismo defensivo se aproxima mais da posição neoliberal ao avaliar tanto as instituições como a cooperação em si como caminhos viáveis e válidos caso estejam corroborando com a manutenção dos interesses dos Estados. Cooperar pode se mostrar, logo, um artifício para a garantia da segurança internacional e da posição do Estado na ordem internacional e no status quo. Ao analisar as correntes mais contemporâneas do realismo (leia-se realismo neoclássico, realismo hegemônico, realismo estrutural ofensivo e realismo estrutural defensivo) (ELMAN, 2008), o realismo neoclássico se mostra mais aberto a analisar a cooperação como uma estratégia do Estado para se situar melhor em um sistema anárquico, tendo em vista que a teoria reconhece a importância das questões domésticas e suas dinâmicas de poder entre entidades políticas internacionais (REISDOERFER, 2018). Esta visão realista em conjunto com o construtivismo mostra que mediante a anarquia do sistema internacional e levando em consideração as decisões e oscilações das elites e centro de poder, a cooperação e formação de grupos surgem por facilitar a sobrevivência individual dos Estados no SI (HAMLET, 2003).

As teorias tradicionais das relações internacionais, apesar de por vezes incluírem a análise dos processos de cooperação, não tendem a focar nesses eventos e também não utilizam deles como fontes de explicação, ou como recomendações normativas para o entendimento da dinâmica entre os Estados e demais agentes do sistema internacional. A teoria racional das relações internacionais foi desenhada por Glaser (2010), que apresenta sua pesquisa como uma teoria de estrutura intermediária entre àquelas que pesquisam exclusivamente explicações internas para as relações, e as que

se dedicam às relações de poder como fonte das relações internacionais. A obra defende que a cooperação pode se mostrar uma opção mais favorável para os Estados, frente à competição entre eles, tendo em vista sua posição como um *security seeking-state* ou *greedy state*<sup>2</sup>. Para essa análise as principais variáveis selecionadas são materiais e informacionais, considerando então o dilema de segurança e em especial as expectativas dos respectivos Estados para com seus vizinhos. A cooperação para o autor representa a escolha de se comprometer sob a forma de políticas de controle de armamentos, enquanto competitividade é a opção de participar indiscriminadamente da corrida armamentista moderna. A contribuição mais importante de Glaser, que se enquadra com o presente trabalho, são as maneiras que um Estado pode comunicar a não intenção de competição e combate, sendo essas o controle dos armamentos, a ênfase no caráter defensivo das forças e as restrições unilaterais. Todavia faz-se importante ressaltar que a teoria apresenta que o Estado deve considerar os impactos de cada estratégia em suas capacidades militares e também na segurança do adversário antes de optar por cooperar ou competir no sistema internacional (GLASER, 2010).

É importante notar que os estudos sobre cooperação nas relações internacionais levam em conta diferentes nuances que dependem não apenas da teoria original usada nas pesquisas como também nos recortes e objetivos daqueles que as realizam. Um dos fatores que ofuscam os estudos é o grau de incerteza que por vezes impede recomendações normativas, ou até mesmo um entendimento mais concreto dos fenômenos contemporâneos. A utilização de conceitos como cooperação e comunidades de segurança pode servir como uma maneira de reduzir o grau de incerteza do sistema. Isso pode se mostrar uma vantagem analítica quando comparado com perspectivas mais fatalistas de análise do dilema de segurança, como o realismo ofensivo visto anteriormente, que retroalimentam as incertezas, sem trazer soluções claras (BOOTH; WHEELER, 2008). Tendo em vista o que se observou sobre as incertezas é importante notar também que não apenas as ações dos Estados devem

---

<sup>2</sup> O autor baseia sua distinção de estratégias dos Estados entre os que tentam ou não a expansão territorial. Sendo os *greedy states* aqueles que buscam a expansão de seu território e os *security seeking-states* os que apenas buscam a manutenção de sua posição e estabilidade no sistema (GLASER, 2010).

ser observadas, mas as declarações e mensagens que as antecedem também são fundamentais para o entendimento tanto da cooperação quanto do conflito. Nessa linha, diferentemente do conflito, a cooperação tem mais nuances de interpretação para as medidas adotadas e outras comunicações que podem tanto facilitar quanto desacelerar a instalação desse processo (BEER *et al.*, 1992).

Alguns dos processos de cooperação mais estudados na área de segurança internacional são aqueles que dizem respeito à cooperação em inteligência entre Estados e suas respectivas agências. Essa agenda atrai diferentes pesquisadores, pois o processo vai de encontro com o que muitos vão entender como segurança dos Estados e proteção de seus segredos. Munton (2009) em seu artigo busca explicar a cooperação entre as agências canadenses e estadunidenses durante o governo de Fidel Castro em Cuba. Segundo o argumento do autor a cooperação em inteligência pode ser analisada e explicada sobre a ótica das teorias tradicionais de relações internacionais como o realismo e o institucionalismo. Para o caso em questão, o autor utiliza do realismo a fim de compreender a demanda dos Estados Unidos da América (EUA) de informações de inteligência por parte do Canadá, mas para a resposta canadense se utiliza das teorias institucionalistas e a ideia de *quid pro quo*. O ponto mais importante dessa investigação do autor, além de exemplificar o uso eficiente das teorias tradicionais de relações internacionais para explicar essa cooperação, é a utilização da busca por ganhos relativos como justificativa para a cooperação em inteligência (MUNTON, 2009). Essa visão contrasta algumas posições no realismo que afirmam que os Estados só cooperam em áreas sensíveis como a segurança mediante a garantia de ganhos absolutos. Outro autor que busca explicar a cooperação em inteligência, dessa vez em uma situação ainda mais moderna é Byman (2017) na explicação da inteligência de contraterrorismo. Ainda que o texto não contribua muito para a presente pesquisa no que tange ao funcionamento do processo de cooperação ela traz uma conclusão importante, qual seja a ideia de que a cooperação bilateral (nesse caso com os EUA) possibilita a coordenação entre países da mesma região (BYMAN, 2017). Por fim é importante chamar atenção para o fato de que a cooperação não se limita apenas a um processo entre grandes potências, ou mesmo entre grandes potências e os outros países. As interações entre as essas, tanto no caso de conflito

quanto no caso de cooperação, não são isoladas e inertes e como se sabe afetam o sistema internacional como um todo, todavia elas também podem ser influenciadas por potências menores e suas interações entre si. Sendo assim, a cooperação entre potências menores podem afetar os subsistemas em que se encontram e impactar na dinâmica de poder e interesse entre as grandes potências (KANG; REUVENY, 2000).

Como observado anteriormente, os estudos de cooperação em segurança se mostram ainda mais complexos que estudos de cooperações mais tradicionais como as econômicas e outras instituições. Assim, os esforços para explicar esses fenômenos se intensificaram após o fim da guerra fria e com a ascensão da cooperação de segurança europeia, por darem forma a uma nova origem dessas organizações que vai além da ideia de ameaça em comum que havia resultado na OTAN. Esses esforços foram observados por Jones (2007), em seu livro o pesquisador argumenta que a cooperação na área de segurança se mostrou possível e positiva na Europa devido a uma mudança no período pós-Guerra Fria do contexto internacional e do contexto regional; o primeiro dado à nova polaridade do sistema e o segundo com a fundação da União Europeia que proporcionou um novo estímulo para a organização do continente. Com uma abordagem voltada para questões mais estruturais, dividiu-se a variável cooperação em segurança em quatro categorias: instituições securitárias, sanções econômicas, produção de armamentos e forças militares; enquanto as estruturas dos sistemas regional e internacional são as variáveis independentes do autor. O resultado da pesquisa indica que a institucionalização da cooperação em segurança na Europa possibilita uma maior independência frente aos EUA para recursos de Defesa, evitando se prender em uma situação de dependência externa (JONES, 2007). A cooperação nessa obra se mostrou, portanto uma função do poder relativo, especialmente frente o contexto internacional.

Através da observação das obras de Jones (2007) e Glaser (2010) pode-se constatar uma tendência de optar pela elaboração de teoria de alcance médio para explicar diretamente processos de cooperação em segurança. Enquanto o primeiro buscou tratar especificamente do caso europeu contemporâneo, a obra de Glaser visa preparar um arcabouço teórico que possibilite explicar diferentes situações, mas mais diretamente o porquê dos Estados optarem pela abordagem cooperativa em oposição

ao conflito. Apesar de suas diferenças a obra de ambos os autores carregam consigo justificativas que pesam no que diz respeito à importância do poder relativo dentro das relações internacionais em contraste com o poder absoluto que tradicionalmente é buscado pelas grandes potências, o que torna o processo de cooperação uma solução mais viável para os problemas da atualidade do que o enfrentamento tradicional.

O estudo da cooperação na área de defesa vai se utilizar dessa disputa entre poder absoluto e poder relativo para encontrar uma solução pacífica e política que sane o dilema de segurança através de processos de cooperação. Diante da estrutura anárquica do sistema internacional, ou seja, da ausência de autoridade central, o dilema de segurança faz com que políticas de cooperação que trariam benefícios mútuos caso fossem adotadas pelos cooperadores, possam gerar desastres caso não sejam tomadas – demonstrando os custos de deflexão – (JERVIS, 1978). Para explicar sua percepção o autor trabalha com a diferenciação de armamentos ofensivos e defensivos e como eles podem influenciar o dilema de segurança. Levam-se em questão dois fatores: o primeiro qual estrutura possui maior custo-benefício defensivo, ou de ataque; o segundo se existe uma diferenciação clara do que seriam armamentos de defesa e ataque. Com esses fatores busca-se entender como os Estados podem garantir sua segurança sem provocar retaliações e insegurança de seus pares. Traz-se a percepção de que caso ambas as partes optem pela cooperação, evita-se um conflito que tende a trazer um padrão de custo-benefício penoso a todo o sistema.

A ideia de segurança é subjetiva dependendo das percepções de ameaças e do quão “seguro” um Estado quer se sentir. Jervis (1978, p. 176) aponta, por exemplo, que guerras seriam muito mais frequentes se elas fossem menos arriscadas e custosas, ou se as relações pacíficas não trouxessem tantos benefícios. Sendo assim ganhos em cooperação podem ser ampliados se os Estados vierem a valorizar a prosperidade e bem-estar do outro, ou caso os ganhos em exploração dos outros agentes sejam reduzidos. A abordagem de Jervis (1978) traz à tona a importância de estudar a relação entre as forças armadas dos agentes do sistema internacional para melhor garantir sua segurança, buscando ao fim a cooperação em defesa. Percebe-se com a exploração dessas nuances no estudo da cooperação no sistema internacional que esse processo não só é complexo como também deve ser observado no contexto específico de cada

agente, e também no que tange ao contexto sistêmico e seu impacto tanto para seu subsistema como também para o sistema internacional como um todo.

### 2.3 COOPERAÇÃO EM DEFESA

Assim como as demais vertentes da cooperação nas relações internacionais, não existe uma abordagem normativa principal que explique como e por que cooperar em defesa (REZENDE, 2013). Todavia, isso não significa que os Estados não cooperem em áreas tidas como “de defesa” de maneira recorrente seja em tempos de paz ou conflito. O objetivo do presente subcapítulo é identificar como a cooperação em defesa é explicada por diferentes autores tanto no contexto do dilema do prisioneiro, como em outras circunstâncias de paz e guerra. Espera-se com isso identificar qual a abordagem mais conveniente para o desenvolvimento da presente pesquisa.

Uma das principais tentativas de compreender o papel da cooperação em defesa no sistema internacional é a inserção desta no Dilema do Prisioneiro. Conforme observado anteriormente, o dilema consiste numa escolha entre a maior possibilidade de ganho absoluto e relativo, quando enfrentando um parceiro com opções e prioridades similares. Analisando racionalmente a teoria, o Dilema do Prisioneiro apresentaria apenas uma saída condizente com a ideia de agente racional/decisão racional que seria o Equilíbrio de Nash, no qual ambos optam pela deflexão. O Equilíbrio de Nash ocorre quando os agentes se encontram no melhor balanço relativo, visto que caso um deles mude unilateralmente sua estratégia seu ganho seria menor do que o que ele se encontra no momento<sup>3</sup> (ZAGARE, 2013). Por exemplo, McGinnis (1991) utiliza da teoria dos jogos para demonstrar a qualificação do Dilema do Prisioneiro como uma boa origem para analisar a rivalidade das grandes potências no que tange à corrida armamentista. A explicação se mostra matemática e estatística. Nessa pesquisa foi indicado que a cooperação é mais provável quando os Estados percebem uma diminuição do retorno marginal de deflexão unilateral e um aumento do

---

<sup>3</sup> Ainda que não seja o caso no dilema do prisioneiro, em outras teorias de jogos é possível identificar mais de uma opção de Equilíbrio de Nash (ZAGARE, 2013).

custo marginal da deflexão mútua, ou seja, ao se deparar com uma eminência de combate direto (MCGINNIS, 1991).

A fim de compreender o que deve levar um Estado a cooperar muitos autores optam por uma abordagem de médio alcance focada mais exclusivamente em um Estado específico e seu contexto. Um exemplo importante dessa estrutura de pesquisa é o trabalho de Cottey e Forster (2004) que deu origem ao conceito de Diplomacia de Defesa, ou Nova Diplomacia de Defesa, amplamente utilizado em pesquisas contemporâneas sobre o tópico. Antes de analisar as contribuições dos autores faz-se importante notar que o trabalho foca seus exemplos e sua prática para justificar uma abordagem cooperativa estadunidense frente aos demais Estados do sistema no período pós-Guerra Fria. Para isso a cooperação seria praticada sob a forma de engajamento estratégico: cooperação e assistência militar como forma de criar relações com antigas ou potenciais forças inimigas, principalmente nos casos entre grandes potências (COTTEY; FORSTER, 2004).

A conclusão do trabalho traz à luz alguns problemas, ao estabelecer a cooperação sob a forma de engajamento estratégico, tais como a tensão entre a lógica do engajamento (cooperar ainda que a outra parte tenha um registro negativo de tratamento da democracia e direitos humanos na expectativa de encorajar reformas) contra a lógica da condicionalidade (a cooperação é condicional à reforma dos sistemas implementados no momento, ou seja, impute a salvaguarda dos direitos humanos). Sendo assim, percebe-se que ainda que justificável no que diz respeito à expansão da segurança e manutenção da indústria de defesa estadunidense, a cooperação entra em dissonâncias com as perspectivas sociais e políticas.

Distanciando o trabalho de Cottey e Forster (2004) de sua perspectiva mais prática e normativa, é importante abordar as contribuições dos autores para o entendimento atual e o conceito em si de cooperação em defesa. No que diz respeito ao seu entendimento histórico percebe-se que a cooperação em defesa tradicionalmente se apresenta como uma estratégia para contrabalançar as forças inimigas, manter esferas de influência, ou seja, sustentar a balança de poder. Todavia, os autores trazem o período pós-Guerra Fria como um a fonte de mudança dos objetivos da cooperação em defesa, sendo essa usada não apenas como mecanismo

de garantir a segurança dos aliados (o que é identificado como *realpolitik*), mas também como um meio de atingir objetivos externos maiores e políticas de segurança que dependam da participação de mais agentes. Essas duas relações de cooperação são diferenciadas como velha diplomacia de defesa com ênfase na ideia de *realpolitik* e a nova diplomacia de defesa com ênfase no engajamento com inimigos potenciais e o apoio à boa governança e à democracia (COTTEY; FORSTER, 2004).

É importante discernir que, ainda que a nova diplomacia se mostre como uma estratégia mais moderna de gerenciamento de políticas no século XXI, ambas as formas de diplomacia de defesa coexistem e se mantêm presentes nas relações contemporâneas. Além da distinção dos modelos de política de cooperação, a maior contribuição dos autores é a especificação do conceito de cooperação em defesa e a exemplificação de políticas a serem tomadas para promover esse mecanismo. Traz-se primeiramente que as atividades que compreendem a cooperação em defesa foram até o momento classificadas como cooperação militar, ou assistência militar; uma vez que as políticas compreendem os ministérios de Defesa e Forças Armadas dos países em questão. A cooperação de defesa diz respeito, então, ao uso destes órgãos estatais como objetos de política externa e de segurança. Dentre as atividades descritas, trazem-se acordos bilaterais na área, indicação de adidos de defesa, a comunicação entre os oficiais de alto escalão, as visitas e trocas de conhecimentos militares, os treinamentos em território estrangeiro, entre outros (COTTEY; FORSTER, 2004, p. 7).

Rezende (2013) revisa a Nova Diplomacia de Defesa de Cottey e Forster, concluindo que ela não se mostra suficiente para explicar casos além dos EUA. Esse problema ocorre em demais modelos teóricos que abordaram o assunto. Todavia, não se nega a relevância da distinção entre cooperação em segurança e cooperação em defesa, possibilitada pelo estudo da obra. O livro de Rezende traz a intenção de propor uma nova teoria que explique e justifique a cooperação em defesa, especialmente seu fundamento e função na América do Sul. Sua tese contribuiu com um novo entendimento das possibilidades de cooperação em defesa no sistema internacional atual e em especial a participação do Brasil em projetos de cooperação no subcontinente sul-americano (ONUJI, 2018). Em sua abordagem teórica afirma-se uma carência na descrição de incentivos, limites e cenários nos quais é possível e favorável

o apoio à cooperação em defesa (REZENDE, 2013). Tendo como base a teoria realista ofensiva Rezende atribui uma importância para a unipolaridade, além das seguintes variáveis: os Estados Unidos como grande potência, uma impossibilidade de surgimento de outras potências regionais, ou de influência de potências externas à região. O autor com isso conclui que a cooperação em defesa tende a ser maior em uma realidade unipolar. Trata-se aqui justamente de analisar a possibilidade de cooperação em defesa em um contexto de crescente multipolaridade.

Conforme observado nas análises anteriores, o período pós-Guerra Fria inaugura uma nova fase para a cooperação em segurança e mais especificamente em defesa. Esses processos deixam de ser uma estratégia ofensiva que visa combater inimigos e passa a ser uma tentativa de melhorar as relações entre os Estados. A cooperação de defesa no âmbito da União Europeia é um dos principais exemplos dessa nova modalidade de cooperação, o processo foi estudado sob diferentes óticas e utilizando múltiplas teorias de relações internacionais. Uma das visões estudadas favorece a teoria neorrealista para explicar o que leva os países-membros a optarem por uma cooperação regional que busca ir além do tradicional *bandwagoning* com a superpotência Estados Unidos (DYSON; KONSTADINIDES, 2013). Identificou-se que apesar de ter a grande potência como aliada, a fim de não ver-se em desvantagem na balança de ameaças faz-se necessário garantir a si uma capacidade militar independente significativa. Apesar desse processo de busca de independência frente a grande potência, a situação após o atentado de 11 de setembro trouxe à Europa um novo modelo de cooperação sendo esse entre a instituição já existente e os Estados Unidos. Em pesquisa, utilizou-se da teoria de regimes internacionais para justificar essa nova etapa através da ênfase na existência de interesses em comum como base para o desenvolvimento da cooperação em políticas de defesa e demais políticas (ANAGNOSTAKIS, 2017). Como evento mais recente que afetou a coordenação política da União Europeia, o Brexit trouxe consigo a dúvida quanto à autossuficiência securitária da UE frente aos demais agentes do Sistema Internacional. Turpin (2019) identifica que o Reino Unido é uma peça fundamental para a segurança europeia tanto no que tange sua participação na OTAN quanto nos organismos exclusivamente europeus, todavia o país tendeu a valorizar mais sua posição como membro da OTAN,

levando a uma fragilização dos sistemas de defesa exclusivamente europeus. O autor fez uso do realismo neoclássico como quadro analítico indicando que a situação UK-UE deve levar em conta não apenas a política internacional e pressões externas como também as desavenças internas que regem a política britânica. Através do estudo do caso da União Europeia, percebe-se que apesar da ausência de uma teoria universal de cooperação em defesa, as análises são feitas buscando adaptar as teorias tradicionais com intuito de explicar e justificar o processo de cooperação em defesa da região e a relação de suas instituições com os demais agentes. Tem-se assim que é possível compreender as circunstâncias e benefícios deste mecanismo tanto utilizando de teorias de médio alcance voltadas para o tópico quando através da adaptação e interpretação das teorias tradicionais gerais de relações internacionais.

Além de não possuírem uma explicação única de seus objetivos e justificativas, os projetos de cooperação em defesa muitas vezes encontram oposição não apenas política, como também acadêmica. Sendo assim, é importante pontuar alguns dos benefícios e também possíveis riscos ou dificuldades derivadas da cooperação em defesa. Alguns dos benefícios primários na área militar possibilitados por esse mecanismo são a evolução das capacidades, a divisão de custos e o desenvolvimento de melhores relações entre dois ou mais Estados. Estas características foram exploradas por Correl (2004) para justificar a cooperação militar espacial e seu possível efeito de alinhar a balança de poder através do estabelecimento de interesses em comum. Todavia também foram identificados impeditivos à cooperação sendo esses a fragilização dos sistemas de segurança, uma possibilidade de aumentos de custos e a exposição das agendas de segurança dos países (CORRELL, 2004). No geral demonstrou-se que a cooperação aumenta a efetividade das políticas e reduz riscos individuais de projetos exploratórios como o espacial.

Outro item que causa incertezas quanto à efetividade de projetos colaborativos é a dimensão (os números de parceiros) destes. Hartley e Braddon (2014) buscaram entender em que momento o custo marginal da cooperação passa a ser maior que seu retorno. Seu artigo apresenta vantagens e desvantagens em termos econômicos e produtivos da cooperação em projetos de defesa e indica que, apesar de ainda trazer benefícios, um maior número de parceiros em um mesmo projeto pode sair mais

trabalhoso, ou custoso, do que se fosse um projeto exclusivamente nacional. Vale ressaltar que não se negou os ganhos muitas vezes tecnológicos e securitários proporcionados pela cooperação voltada para o desenvolvimento da indústria de defesa (HARTLEY; BRADDON, 2014). Esse conceito será contradito, no entanto, na pesquisa de Calcara (2018), em que o autor indica que apesar de muitos autores aceitarem a possibilidade de cooperação e certos aspectos securitários, eles tendem a negar esse aceite a temas de grande importância como política de defesa, estruturas militares, disposição de força e a própria indústria de defesa. Tal recusa à cooperação é justificada como uma vontade dos Estados de garantir ganhos relativos nas negociações, ou seja, eles negam-se a cooperar quando julgam que seu parceiro está se beneficiando mais do projeto de cooperação. Em suma, com sua pesquisa o autor demonstra que por vezes incentivos sistêmicos não são o suficiente para promover um ambiente mais colaborativo na indústria de defesa, uma vez que a possibilidade de ganhos relativos inferiores demonstra um risco para o dilema de segurança (CALCARA, 2018).

No que tange ao que já foi brevemente abordado nesse capítulo a respeito da questão do interesse comum, Diniz (2006) ao estudar o processo de cooperação em defesa da Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) identifica este como um dos motivadores da relação entre esses Estados. Ainda que geograficamente distantes, os três países se mostraram como então potências regionais que, por possuírem interesses em comum no tópico de segurança marítima, seriam capazes de coordenar políticas e trocas de experiências militares entre si sem com isso fragilizar a segurança regional de qualquer dos membros (DINIZ, 2006). Por fim, tem-se um tópico que se mostra de extrema importância e desperta incertezas nos Ministérios de Defesa e Forças Armadas por tratar diretamente da segurança interna, a questão da cyber segurança. Baram e Menarshi (2019) indicam que os fatores que limitam a cooperação internacional no tema são a falta e confiança entre as partes, as diferentes percepções do que seria uma ameaça e, por fim, a elementar diferença de definição de soberania do Estado. Esses pontos demonstram que apesar da cooperação nessa matéria ser de interesse internacional e de importância securitária e de defesa, o dilema de segurança e a

balança de poderes ainda implicam na resistência a processos de cooperação em assuntos delicados à organização Estatal.

Tem-se como exemplo prático da aplicação de diferentes processos de cooperação em defesa o caso da Indonésia na matéria de segurança marítima. O país coopera não apenas com os Estados Unidos, mas também com Japão, Austrália, seus vizinhos do sul-asiático e a China. Do estudo destes casos é possível concluir que a Indonésia opta por cooperar apenas quando os ganhos são superiores aos custos do projeto, sem ceder a pressões políticas externas de instituições ou grandes potências (FEBRICA, 2017). Ao analisar o desempenho da Indonésia no tópico de cooperação em defesa Febrica (2017) constatou a importância do cálculo de ganhos absolutos, afirmando que na cooperação em segurança marítima os ganhos relativos não tem importância. Esses resultados contrariam a percepção neorrealista que julga o cálculo de ganhos relativos com peça fundamental para explicar as questões de segurança. Imagina-se que um dos fatores que permite ao país uma maior margem de manobra seja sua posição estratégica entre o mar do sul da China, o Oceano Pacífico e o Oceano Índico se encontrando na região de maior fluxo comercial marítimo do mundo (FEBRICA, 2017). O autor deixou claro se utilizar das teorias neoliberais para justificar as decisões políticas do Estado, todavia apesar da eficiente aplicação e elucidativo entendimento dos processos vale trazer a tona que os conceitos de ganhos absolutos e relativos não se mostram necessariamente excludentes quando analisando as práticas de cooperação nas vertentes realistas.

O exemplo indonésio nos permite observar os desafios da cooperação em defesa sob a ótica de uma potência média, ou regional através do uso de teorias tradicionais das relações internacionais. Frente a essas dificuldades depreende-se que a explicação e justificativa dos processos de cooperação em segurança e mais especialmente em defesa, não são suficientemente explicados por nenhuma teoria específica. Apesar das dificuldades identificadas na teoria, no decorrer deste capítulo foi possível compreender como a cooperação se mostra um aspecto básico da evolução biológica e social.

Foi possível assim identificar os mecanismos que possibilitam a sua realização e demonstrar os potenciais benefícios para o desenvolvimento dos Estados e o aumento

da segurança no Sistema Internacional derivados do incentivo da cooperação em defesa. No que tange à aplicação teórica, o entendimento de cada caso depende da inclinação inicial em prol de alguma teoria geral das relações internacionais, podendo ser positivamente amparada pela aplicação dos conceitos das teorias de alcance médio voltadas especialmente para a investigação do processo em questão. Tem-se em mente, também, a importância do entendimento do contexto regional, e interno dos agentes, em especial dos Estados, que estão interessados ou envolvidos no processo de cooperação. Com isso, trata-se no capítulo a seguir de analisar as características empíricas do modelo de cooperação que a China desenvolve na área de defesa e como ele pode ser aplicado em diferentes regiões.

### 3 O MODELO CHINÊS DE COOPERAÇÃO EM DEFESA

A China é a segunda maior economia do mundo assim como o segundo país com maior orçamento de defesa, estando em ambos os casos atrás apenas dos Estados Unidos (IISS, 2021; WB, 2021). Ademais, a RPC é o principal parceiro comercial de 128 países, aproximadamente dois-terços dos países do mundo (LENG; RAJAH, 2019). Além da alta taxa de crescimento comercial dos últimos, a China também se consolidou na dinâmica do SI ao ampliar suas ações como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU e se inserir mais nos fóruns e debates internacionais. Sendo assim, é importante observar também a participação chinesa nos assuntos de segurança internacional e especialmente, no decorrer do presente trabalho, na matéria de cooperação na área de defesa. Segundo o *White Paper* de 2019, intitulado *China's National Defense in the New Era* (2019b), a China tem desenvolvido ativamente suas relações com forças armadas e ministérios de defesa estrangeiros. No que tange a atividades que podem se enquadrar no âmbito da cooperação em defesa, indicou-se que o país estabeleceu 130 escritórios de Adidos militares e outros representantes militares nas missões diplomáticas no exterior, enquanto, em contrapartida, o país possui o escritório de 116 países em seu território. Somando-se a isso, a RPC pôs em vigor 54 mecanismos de consulta e diálogo sobre defesa. Por fim, além dos mais de 100 exercícios conjuntos organizados pelo país desde 2012, é importante destacar a troca de pessoal militar para realizar estudo em academias militares no exterior. O Exército de Libertação Popular (PLA) enviou cerca de mil e setecentos militares para estudar em mais de 50 países, concomitantemente recebeu mais de dez mil oficiais estrangeiros de mais de 130 países para estudar em instituições militares chinesas (CHINA, 2019b).

Para melhor compreender o que seria o modo chinês de cooperar em defesa devem-se levar em conta os atores que vão definir no âmbito doméstico e o que move essa decisão. Ademais é necessário explorar as diferentes formas de cooperação chinesa e como o país trabalha essa questão nas diferentes regiões. A China enfatiza a importância de manter um relacionamento positivo com os países em desenvolvimento, além de seus vizinhos e parceiros tradicionais, especialmente através da troca de

conhecimento e treinamentos militares (CHINA, 2019b). A fim de posteriormente poder comparar as possibilidades para o futuro da cooperação com a América Latina, buscar-se-á entender a participação da China na cooperação com a OCX na Ásia Central e com o FOCAC no continente Africano.

### 3.1 ESTRUTURA DE DEFESA E POLÍTICA EXTERNA CHINESA

A fim de compreender como ocorrem as decisões de cooperação do governo chinês é necessário identificar os atores governamentais que definem a política externa chinesa. Nessa linha surge o debate sobre qual o nível de influência das forças armadas chinesas (People's Liberation Army - PLA) nas decisões sobre segurança e defesa quando comparado com a atuação do ministério das relações exteriores. Ji (2014) esclarece que apesar de PLA atuar no que diz respeito a assuntos de segurança e dinâmicas militares da área de política externa, essa influência se dá principalmente através das medidas adotadas e recomendadas pelo comando central militar (Central Military Command - CMC) que atualmente também é presidido pelo estadista Xi Jinping. Sendo assim, ainda que a linha entre o que é assunto de segurança e o que é assunto de política internacional seja relativamente tênue, ambos os departamentos centrais possuem opiniões similares e executam decisões consensuais reforçadas pelo Presidente a respeito do rumo da política externa e do uso das forças armadas em questões de segurança (JI, 2014). As decisões se dão de maneira assertiva e calculada sob limites previamente decididos em consenso civil-militar sob a supervisão do Presidente.

Ainda que não seja a determinadora da política externa a PLA se mostra um elemento importante da agenda de política externa e do posicionamento global e regional chinês. Sendo assim, sua modernização e emprego também devem ser analisados na matéria de cooperação em defesa. A relação civil-militar é fundamental para compreender o projeto de modernização das forças armadas desse último século e em especial no governo atual (BITZINGER; CHAR, 2019). A indústria de defesa chinesa está fortemente associada à criação de tecnologias de usos duais que possam ser inseridas também na sociedade civil, sendo assim busca-se investir na

modernização tecnológica militar sem comprometer a economia nacional (BÉRAUD-SUDREAU; NOUWENS, 2019). Esta base industrial de defesa está associada à tentativa de compensar as atuais vulnerabilidades da capacidade militar chinesa. Heath (2019) indica dois pontos distintos que fragilizam a operacionalidade das forças armadas chinesas, derivados dos mais recentes anos sem um real combate envolvendo a potência. Em um caráter mais tático, a China carece de certos equipamentos para operações em grande escala, ou longas distâncias como no caso de equipamentos para ataque anfíbio. Entretanto, a ideia maior de déficit de capacidade operacional traz consigo a dúvida quanto à capacidade das forças armadas de executar as missões designadas, assim como quanto à prontidão das tropas para um possível combate, ambos os fatores devido à inexperiência no real campo de batalha (HEATH, 2019).

Conforme indicado anteriormente a indústria de defesa nacional é de suma importância para a modernização das forças armadas chinesas. Ainda que precisem de algumas aquisições internacionais as empresas estatais e privadas chinesas da área de defesa se enquadram no ranking das 25 maiores empresas de defesa do mundo (BÉRAUD-SUDREAU; NOUWENS, 2019). Todavia, é importante reconhecer que a modernização proposta pela administração chinesa, ainda que veja essa indústria como um ponto estratégico, também leva em conta a necessidade de desenvolvimento e principalmente a importância da produção tecnológica de uso dual (CHINA, 2016; BÉRAUD-SUDREAU; NOUWENS, 2019). Essa prática pode ser interpretada como uma tentativa de maximizar as possibilidades de lucro frente à relação entre o investimento em pesquisa e desenvolvimento e as capacidades de venda das empresas. Essa razão considera que o investimento em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, apesar de ser uma parte fundamental da modernização das forças armadas chinesas, só é válido economicamente até certo ponto (SU *et al.*, 2019). A produção de tecnologias de uso dual, logo, se mostra como uma alternativa para aumentar a margem de lucro e a viabilidade econômica do processo de modernização.

Um dos principais exemplos contemporâneos dessa busca conjunta entre agentes civis e militares assim como estatais e privados é o desenvolvimento de Inteligência Artificial, sendo este um esforço nacional em constante competição com os demais países desenvolvedores de alta tecnologia (DING, 2018). Enquanto isso, a

cooperação em assuntos espaciais surge desde o final dos anos 2000 como uma abordagem flexível e uma componente chave da política externa chinesa. Essa estratégia tem sua aplicação tanto na África quanto na América do Sul por meio de cooperações bilaterais com os países com maiores capacidades regionais e que já buscavam maiores níveis de conhecimentos espaciais, respectivamente Nigéria e Brasil. A abordagem da cooperação espacial na Ásia foi ligeiramente diferente, uma vez que o país recorreu à participação ativa em fóruns multilaterais sobre governança do espaço de satélites, buscando assim um papel de liderança regional (CHAMBERS, 2009). Através destes dois exemplos de modernização e desenvolvimento em áreas estratégicas, é possível compreender que a posição chinesa não é absoluta ou estática no que diz respeito ao objeto e os parceiros de cooperação em defesa.

É importante notar que apesar de a China se mostrar favorável a desenvolver cooperação em matéria de defesa e questões comerciais, isso não significa que ela não possa optar por outras estratégias caso julgue seus interesses como ameaçados pela situação. Recentemente esse fenômeno pode ser observado nas disputas entre China e Estados Unidos tanto nas questões comerciais quanto na atuação militar na Ásia-Pacífico. Conforme aponta Cordesmand (2018) China e EUA se encontram em uma situação de tomada de decisão sobre como se posicionar frente à outra potência, o autor classifica essa decisão como os quatro “c”, sendo estes conflito e contenção, ou competição e cooperação; pode-se entender esse debate como a escolha entre alimentar a sensação de insegurança do sistema, ou competir e lidar com as disputas de maneira cooperativa. Ao analisar a cronologia das disputas em questão percebe-se que atualmente ambos os países optaram por ajustar sua postura estratégica na busca da contenção da potência adversária, tornando o dilema de segurança mais instável e a possibilidade de conflito mais presente (CORDESMAN, 2018). Ainda que analistas como Cordesmand identifiquem a postura chinesa como de contenção, faz-se necessário apresentar que, em matéria de discurso, a posição oficial chinesa frente à guerra comercial com os EUA indica que a cooperação é a única opção viável e válida para a resolução das disputas econômicas entre China e EUA (CHINA, 2018b).

A política chinesa dos últimos anos foi regida pelo décimo terceiro plano quinquenal, cuja denominação formal é “13º Plano Quinquenal para o Desenvolvimento

Econômico e Social da República Popular da China (2016-2020)”. No documento oficial são abordados diferentes eixos de cooperação a serem estimulados e promovidos nos cinco anos que se passaram sejam essa cooperação com seus vizinhos Rússia, Japão, Coreia do Sul para o avanço das indústrias de propriedade estatal, ou coordenação marítima com os países do Mar do Sul da China. No que tange a segurança e projeção internacional do país o Plano traz discussões a respeito de cooperação em segurança cibernética, nos debates sobre mudança climática, no combate ao terrorismo e na exploração do uso do ártico (CHINA, 2016). Além das propostas de investimentos e comércio através de zonas econômicas, da iniciativa Belt and Road, dos bancos e dos fundos; o texto traz a necessidade de investir na manutenção da segurança internacional, especialmente através de mecanismos multilaterais e esforços conjuntos. O país não apenas se propõe a fortalecer a cooperação internacional em matéria de não proliferação nuclear, como também se propõe a atuar no esforço de manter a segurança nos corredores internacionais através do controle de pontos de tensão. Por fim, um dos pontos mais importantes a serem destacados em matéria de cooperação em segurança no plano é a intenção de “fortalecer a cooperação e troca internacional de aspectos militares e adotar um papel ativo nas missões de paz internacionais” (CHINA, 2016 p.214). Tais posicionamentos colocam a China como um parceiro possível tanto para países que buscam amparo em matéria de segurança, quanto para aqueles que buscam desenvolver suas capacidades de segurança nacional e defesa.

Ainda que nos últimos cinco anos a China tenha se mostrado com uma estratégia de cooperação internacional que almeja uma clara reciprocidade e mútuo desenvolvimento, a elaboração de mecanismos de cooperação fora utilizada em diferentes circunstâncias e com distintas intenções na trajetória de política externa chinesa. Conforme observou Fravel (2005) na análise da resolução de conflitos e disputas territoriais, em tempos de instabilidade no regime e outras tensões domésticas a potência chinesa recorreu à cooperação com seus concorrentes no conteúdo destas disputas. Tal medida pode ser entendida como uma tentativa de minimizar possíveis instabilidades que podem derivar de uma cessão ou uma tomada de territórios (FRAVEL, 2005). Na adoção desse pensamento entende-se também por que em um

contexto de fortalecimento da instituição regente do partido comunista existe uma atual relutância da parte da China de conceder qualquer tipo de vitória aos países do Leste Asiático nas disputas pelos territórios contestados do Mar do Sul da China.

No que tange ao histórico de projetos de cooperação executados pela China nos anos anteriores ao 13º Plano, um importante uso dos mecanismos de cooperação, neste caso em matéria de defesa, é a interação sino-europeia no decorrer dos anos 2000 sob a forma de um programa para o desenvolvimento de helicópteros (JANES, 2009). Instituições de pesquisa como o JANES (2009) no final da primeira década do século XXI também passaram a apontar a crescente participação da PLA em números de tropas concedidas para a Organização das Nações Unidas (ONU) a fim de viabilizar suas operações de paz. Por fim é necessário apontar uma crescente participação em exercícios militares estrangeiros que vão se mostrar uma estratégia cada vez mais consolidada de cooperação em defesa chinesa.

Conforme apresentado, um dos instrumentos de cooperação em segurança e defesa chinesa são os exercícios militares conjuntos que possibilitam o compartilhamento de conhecimento militar e o aperfeiçoamento da capacidade das forças armadas envolvidas. Entre 2002 e 2015 a China promoveu e participou de 28 séries de exercícios militares e 34 sessões de treinamento com forças conjuntas com 31 países (JANES, 2015). Esses números representam um alto engajamento chinês com a segurança internacional e em especial com a manutenção da estabilidade regional. Tal engajamento tem início após o aceite da República Popular da China na OMC cimentando assim sua reinserção nos debates político-econômicos internacionais. Pode-se observar o desenvolvimento desse fenômeno de maior inserção regional e internacional através do exemplo da marinha chinesa (People's Liberation Army Navy - PLAN). A PLAN possui como um dos objetivos o desenvolvimento de capacidades de marinha de águas azuis a fim de alcançar uma maior capacidade de condução de operações móveis. Uma das estratégias adotadas a fim de atingir tais objetivos foi um maior desempenho nas cooperações internacionais, especialmente através de exercícios de contenção de ameaças de segurança não tradicionais (JANES, 2015, 2017).

No século XXI, a China ressurgiu e se propaga no ambiente internacional, especialmente nas circunstâncias de relações bilaterais e negociações a respeito de cooperação com a intenção de apresentar uma história positiva do país nesses espaços. Uma das grandes etapas de diplomacia e inserção chinesa em diferentes regiões pode ser entendida com essa intenção de pautar a boa imagem chinesa, especialmente através da criação de institutos Confúcio e o estabelecimento de investimentos econômicos (LIU, 2019). Assim como seu processo de modernização tecnológica através de elementos de usos duais é importante notar que a cooperação em defesa chinesa também surge associada à necessidade de estabelecer uma dupla relação. Sendo assim, em diferentes circunstâncias observa-se um momento inicial de ampliação de laços econômicos que serão sustentados ao mesmo tempo em que sustentarão a cooperação em defesa chinesa.

Por fim, a fim de analisar a cooperação em defesa chinesa deve-se optar por avaliar suas estratégias de cooperação bilateral ou multilateral. Recentemente o modelo chinês de cooperação  $n+1$  (sendo este “um” a China e os “n” países seus parceiros) tem se mostrado uma das principais estratégias de debate negociação chinesa podendo ser observado em diferentes regiões e tratando de diferentes tópicos (CHENG, 2018). Dentre estes grupos podem-se identificar a Organização para Cooperação de Xangai (OCX) e o Fórum de Cooperação China e África (FOCAC). Nesses dois ambientes, a política externa chinesa é exercida de maneira distinta, mas sobre uma estrutura semelhante que eventualmente pode ser identificado como o modelo chinês de fazer cooperação. Para melhor entender como os pontos até aqui levantados se mostram no cenário internacional contemporâneo, o restante do capítulo apresentará como a China se colocou na África e na Ásia Central como um dos principais parceiros das respectivas regiões e como essas organizações evoluíram para tratar de assuntos de segurança e defesa.

### 3.2 AS PRÁTICAS CHINESAS DE COOPERAÇÃO EM DEFESA

Pode-se argumentar que um dos principais motivadores e incentivos para a inserção crescente da China e seus mecanismos de cooperação em segurança,

especialmente com países de Terceiro Mundo, é a busca pela garantia de seus investimentos e a segurança dos nacionais chineses nessas regiões. Ainda que seu maior interesse sejam questões de fornecimento e circulação de bens e de matéria prima, a insegurança e a instabilidade de seus parceiros acabaram por estimular a dedicação chinesa em cooperar com as regiões na área de defesa (ALDEN; BARBER, 2018). Nos casos a serem estudados nota-se os corredores econômicos e de infraestrutura da BRI que cruzam a Ásia Central e os investimentos em infraestrutura e desenvolvimento na África.

A participação chinesa em debates sobre cooperação em segurança e defesa internacional tem como um de seus importantes marcos a sedimentação de sua posição na Ásia Central e em especial a sua relação com a Rússia após a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Essa relação tomou forma inicialmente através do projeto de modernização militar chinesa cuja importante fonte de fornecimento de armamentos era os antigos arsenais soviéticos. Percebe-se com essa nova fase de importação e exportação de material bélico no pós-Guerra Fria uma virada da relação sino-russa que passa de uma disputa entre adversários uma emergente cooperação em matéria de segurança e defesa (BARRON, 2001).

Concomitantemente com o processo de ampliação das relações comerciais entre China e Rússia em matéria de armamentos, ambos os países também se tornaram membros do grupo inicialmente conhecido como *Shanghai Five* (China, Rússia, Tajiquistão, Quirguistão e Cazaquistão) que posteriormente é formalizado através da Organização para Cooperação de Xangai no momento de adesão do Uzbequistão. Atualmente a organização é composta por oito membros, além dos já nomeados, a organização ainda enquadra outras duas potências nucleares, Índia e Paquistão que tiveram sua adesão oficializada em 2017<sup>4</sup> (SCO, 2017). A consolidação da organização em 2001 se dá como um seguimento do esforço de estabilizar a região no final da década de 90, especialmente em suas questões fronteiriças, que culminaram em dois

---

<sup>4</sup>Além de seus Estados membros, a OCX conta com quatro membros observadores: Afeganistão, Bielorrússia, Irã e Mongólia. Ademais possui uma terceira classificação, a de *dialogue partners* que compreende seis países, sendo estes: Azerbaijão, Armênia, Camboja, Nepal, Turquia e Siri Lanka (SCO, 2021).

documentos o Acordo de Aprofundamento da Confiança Militar na Área de Fronteira (1996) e o Acordo para a Redução das Forças Armadas na Área de Fronteira (1997).

A organização tem suas medidas de cooperação de segurança e defesa fundamentada no conceito de combate aos “três males”: terrorismo, extremismo e separatismo. Para isso além da execução de exercícios militares conjuntos na região a cooperação se expressa através de estruturas e mecanismos que visam fortalecer os Estados contra tais ameaças. Tem-se como exemplo a fundação do RATS (do inglês, Regional Anti-Terrorist Structure), um mecanismo regional com função antiterrorista a qual reúne bancos de dados a fim de facilitar as operações e o mapeamento dos indivíduos, funcionando como fonte de auxílio nas medidas de prevenção organizadas por cada país (HAAS, 2007). O caráter militar da cooperação em defesa da OCX se mostra através dos exercícios militares conjuntos, como por exemplo, os chamados “Peace Mission” que teve sua primeira execução sob a forma bilateral em 2005 entre China e Rússia, enquanto em 2007 se mostrou a primeira série de exercícios multilaterais entre os países da OCX (JANES, 2015, 2017). A OCX lançou 24 exercícios militares desde sua fundação, destes 14 foram sediados pela China (CGTN, 2018). A mais recente versão do “Peace Mission” ocorreu em 2018 e foi o primeiro exercício que contou com todos os países membros, após o ingresso de Índia e Paquistão, com propósito antiterrorista sob a estrutura da OCX. Durante sua realização contou com a mobilização de 3000 combatentes, além de mais de 500 variedades de armamentos e equipamentos (CHINA, 2018a).

É importante notar que - destoando dos demais mecanismos de cooperação que serão estudados - a OCX representa um esforço de cooperação entre duas grandes potências, somadas ainda a outras duas potências nucleares, ou seja, existe um equilíbrio maior entre seus agentes. Ademais em conjunto os países representam 41,6% da população mundial, e 22% de sua economia (WB, 2019). Essas dimensões indicam que apesar de a China ser capaz de exercer sua influência na região e reger as normativas do grupo, ela o faz com parceiros que são capazes de responder suas demandas em peso. Internamente o grupo é fortalecido, especialmente após a crise da Crimeia que gerou uma maior aproximação da Rússia com a China e seus vizinhos asiáticos. Este fenômeno se mostrou no momento como uma estratégia plausível para

a Rússia e um aliado estratégico para a China, que juntos desenvolveram um bom entendimento das demandas e condições um do outro assim como de sua esfera de influência originando um maior equilíbrio na Ásia Central no que tange aos interesses de ambos os países. As duas grandes potências tendem a lançar uma nova estratégia de relação entre grandes potências que se diferencia da relação destas com os demais países e impacta também na regência da OCX (CHARAP; DRENNAN; NOËL, 2017).

A estratégia chinesa de cooperação tanto em segurança e defesa quanto econômica com o continente Africano e com a Ásia Central possui similaridades estruturais, mas também grandes diferenças contextuais em sua formação e interação. Ambas as abordagens utilizam de fóruns multilaterais para estabelecer a cooperação na área de segurança defesa entre as regiões, enquanto a China usa mão da bilateralidade para promover infraestrutura e desenvolvimento e demais iniciativas econômicas. Caracterizando assim essa estratégia dual chinesa de debates em fóruns multilaterais seguidos de acordos e investimentos bilaterais. Todavia o modo de engajamento no que tange à promoção de normas e regulamentos se diferencia nos dois casos (DU PLESSIS, 2018). Enquanto na Ásia Central, a China se mostra como mediador e fornecedor da ordem e de um novo regimento entre os Estados da região, no continente africano a participação e inserção chinesa está fortemente condicionada pelas normas e demandas já estabelecidas pelas entidades internacionais sejam elas a União Africana ou a Organização das Nações Unidas (ALDEN *et al.*, 2018).

O continente africano nas últimas décadas enfrentou uma quantidade grande e frequente de crises nas suas diferentes regiões. A China atualmente se mostra um agente cada vez mais ativo no cenário de segurança africana, todavia essa presença se mostra relativamente recente quando comparada com a atuação dos demais países e organizações internacionais e até mesmo quando se compara a presença econômica chinesa no continente. Apesar do que indicam alguns analistas que criticam a inserção chinesa na agenda de segurança africana, a atuação chinesa não fere os cinco princípios<sup>5</sup> da política externa chinesa, ou mesmo se mostra uma ruptura com a

---

<sup>5</sup> Os 5 Princípios foram formalmente anunciados pela primeira vez no Tratado de Panchsheel, assinado em 29 de Abril de 1954, entre China e Índia. Eles são (i) o respeito mútuo pela integridade territorial e soberania um do outro; (ii) não agressão mútua; (iii) não interferência mútua nos assuntos internos um do outro; (iv) igualdade e cooperação para o benefício mútuo; (v) coexistência pacífica.

estratégia do país até então. Pelo contrário, o surgimento das múltiplas formas de cooperação em defesa entre China e África se deu gradualmente e se mostrou como mais uma etapa da intensificação da relação entre as duas regiões (BARTON, 2018). Deve-se considerar essa participação também como uma consequência evolutiva tendo em vista o contexto de acúmulo de crises que afetam os negócios e interesses chineses na região. Tal fator se dá em paralelo à crescente influência do país no sistema internacional e a consequente necessidade de uma participação mais ativa nas questões mundiais tendo em vista seu papel de membro permanente do Conselho de Segurança da ONU (ALAO; ALDEN, 2018; ALDEN; ZHENG, 2018).

Conforme observado no caso da OCX, a relação entre China e os países africanos em matéria de segurança e defesa se dará de forma multilateral, especialmente após a aproximação do país com a União Africana (DU PLESSIS, 2018) e a formação do FOCAC. Todavia, diferentemente do caso da Ásia Central a abordagem dos tópicos securitários não é o motivador inicial da aproximação das partes (ALDEN; BARBER, 2018). A cooperação em defesa sino-africana tem suas raízes contemporâneas no final dos anos 2000 e se tornou um projeto de crescente interesse na última década e meia. Para melhor compreender vale inteirar-se da cronologia da inserção chinesa nos assuntos africanos.

Tendo em vista sua característica de não ter sido um dos Estados colonizadores, a China chega à África com certo atraso quando comparado aos países europeus e até mesmo aos EUA. Ademais durante os primeiros anos de independência dos países africanos, especialmente no início da década de 60, o Partido Comunista Chinês (PCC), sob a regência de Mao Zedong, ainda estava focado em uma estratégia de crescimento mais autárquica sem grandes esforços de interação com um continente distante quanto o africano. O contexto da Guerra Fria e disputa entre EUA e URSS projetada na região tornava ainda mais complexa a possível relação da China com a África (UKEJE; TARIKU, 2018). Sendo assim, até o final da década de 70, a relação entre China e os países africanos se dá sob a sombra das disputas da Guerra Fria sendo representada principalmente pelo apoio às independências, e a eventual participação e troca no Movimento dos Países Não-Alinhados. O processo de abertura econômica chinesa na década 80 sob a orientação de Deng Xiaoping vai oficialmente trazer a atenção da

China para o continente, dando um início contido nas relações econômicas. Com o fim da Guerra Fria nos anos 90 e o subsequente abandono da África pelos países ocidentais, estas relações econômicas virão a ser fortemente impulsionadas pelo governo do presidente Jiang Zeming. Em 1995, o PCC vai lançar a política externa de “ir para fora” (走出去) estimulando os investimentos de empresas estatais no exterior formando a base das relações econômicas China-África contemporâneas (ALDEN; ZHENG, 2018). Vale lembrar também que logo depois, a entrada da RPC na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001 vai facilitar a instalação de empresas privadas do país no continente africano.

Nessa linha, o Fórum de Cooperação China e África (FOCAC) é anunciado em Outubro do ano 2000 com o objetivo de facilitar a relação do país asiático com seus parceiros africanos. Sua intenção inicial era de atuar como um mecanismo que auxiliasse os países na determinação e posterior seguimento de políticas de cooperação econômica e desenvolvimento social. Atualmente o mecanismo conta com representantes da China, da comissão da União Africana e dos 53 Estados africanos que possuem relações diplomáticas com a RPC<sup>6</sup> (FOCAC, 2021). A ascensão econômica e política da China após o começo do ano 2000 já é conhecida dos livros de história e das inúmeras matérias de jornal, todavia, a intensa presença de empresas e cidadãos chineses no território africano acabou trazendo novos desafios para o Ministério das Relações Exteriores da RPC. O continente passou a ser um local associado com interesses cruciais da nova direção tomada pelo PCC, não só pela importância econômica, mas também pelo número de nacionais<sup>7</sup> que se encontravam trabalhando e gerando sua renda nos países estrangeiros. Concomitantemente, a China vai começar a sofrer pressão de seus pares no Conselho de Segurança da ONU para se posicionar mais em assuntos de política internacional, devido a sua nova projeção global. Esses dois fatores, tendo como catalizador ataques a investimentos e

---

<sup>6</sup> Eswatini é o único país africano que não é parceiro comercial da China, uma vez que seu governo não reconhece a *One China Policy* e mantém relações políticas e comerciais com Taiwan.

<sup>7</sup> Estima-se que atualmente existam mais de um milhão de chineses trabalhando no continente africano, seguindo os dados anteriormente projetados (PARK, 2009).

cidadãos chineses em diferentes países africanos, impulsionaram a participação da China em assuntos de segurança e defesa na África (ALDEN; ZHENG, 2018).

A primeira expressão dessa nova postura chinesa se dará na sua participação diplomática nas negociações a respeito do conflito no Sudão em 2007. Nessa ocasião o país foi parte essencial no processo de convencer o governo sudanês a aceitar a execução de uma missão de paz de caráter híbrido entre ONU e UA na região de Darfur. Após a o caso de Darfur, a RPC se comprometeu em ampliar sua participação e missões de paz na África, com as condições de aval por parte da União Africana e do governo do Estado envolvido (ALDEN; ZHENG, 2018). Nessa linha, em 2008, Pequim envia frotas da PLAN para auxiliar com missões de escolta em uma ação antipirataria com aval da ONU no Golfo de Aden (SHEN, 2018). Nos anos subsequentes a China intensificou suas relações com a União Africana o que culminou na doação de 200 milhões de dólares em Janeiro de 2012 para a organização a fim de construir e mobiliar a nova sede da UA em Addis Ababa, Etiópia (UKEJE; TARIKU, 2018). Ademais, anteriormente o país já havia contribuído com o equivalente a 4,5 milhões de dólares em equipamentos para a Missão de Paz da União Africana na Somália, além de 1,8 milhões de dólares doado para a Missão Africana no Sudão - predecessora da missão híbrida entre ONU e AU (ALAO; ALDEN, 2018). Em julho de 2012 durante a reunião do FOCAC o presidente chinês Hu Jintao anunciou a criação da “*Initiative on China-Africa Cooperative Partnership for Peace and Security*”, oficializando a expansão do engajamento chinês nos assuntos de segurança e defesa do continente (ALDEN; ZHENG, 2018; FOCAC, 2012; UKEJE; TARIKU, 2018).

Nos anos mais recentes sob o governo de Xi Jinping, a expressão da cooperação em defesa China-África se tornou mais clara e ampliou sua presença física e institucional. Em Dezembro de 2015, no lançamento de seu segundo *Policy Paper* para a África que se deu durante o *FOCAC Johannesburg Summit*, o país ampliou seus compromissos com o continente anunciando seu apoio à União Africana através da provisão de 60 milhões de dólares no período de três anos (mais especificamente na duração do *FOCAC Johannesburg Action Plan*) para apoiar a operacionalização da Arquitetura de Paz e Segurança Africana (ALDEN; ZHENG, 2018; UKEJE; TARIKU, 2018; ZHANG, 2018). Dentre as possibilidades de gastos destes recursos também se

incluíam a assistência militar e a operacionalização da “*African Capacity for the Immediate Response to Crisis and the African Standby Force*” (FOCAC, 2015). Em novembro desse mesmo ano, a China havia recebido os direitos para o estabelecimento de uma base militar em Djibuti para auxiliar a operação antipirataria da PLAN, consolidando a presença militar (com o aval e apoio da UA) na região (ALDEN; ZHENG, 2018).

O mais recente encontro ministerial, o FOCAC Beijing Summit, ocorreu em setembro de 2018 e teve como produto o “*Forum on China-Africa Cooperation Beijing Action Plan (2019-2021)*” que novamente ampliou os esforços de cooperação em segurança e defesa entre a China e o continente. Anunciou-se o lançamento de 50 programas de assistência em segurança para avançar a cooperação sob o espectro da BRI e também em outras áreas de defesa como as missões de paz da ONU. Ademais ampliou a sua contribuição anterior de auxílio militar à *African Standby Force* e *African Capacity for Immediate Response to Crisis* para 100 milhões de dólares. Por fim, a RPC se comprometeu em estabelecer a plataforma “*China-Africa peace and security forum*” que teve sua primeira reunião em julho de 2019 (FOCAC, 2018; XINHUA, 2019). É importante notar que ainda em 2018, Pequim já havia inaugurado o primeiro Fórum China-África de Defesa e Segurança que ocorreu em junho do mesmo ano e contou com representantes de 50 países africanos além da União Africana (DEFENSE ONE, 2018; XINHUA, 2018).

A fim de explicar o exercício do movimento de tropas em missões de paz como forma de cooperação em defesa da China com a África é necessário analisar a teoria de desenvolvimento pela paz (do inglês *development peace theory*). A China durante muito tempo foi reticente em ingressar nas missões de paz organizadas pela ONU, especialmente no que tange ao emprego do uso da força. A perspectiva chinesa a respeito das missões de paz leva em consideração não apenas os cinco princípios que regem sua política externa, mas também sua própria experiência com paz e justiça que são fortemente associadas à ideia de desenvolvimento econômico e social (LEI, 2018). Desde o começo do século XXI, após a publicação do Relatório Brahimi (2000), houve uma reavaliação da estrutura e significado das missões de paz da ONU que passam a abordar também o que ficou conhecido como *state building*, trazendo a ideia de não

apenas promover e garantir a paz, mas também possibilitar a estabilização a curto e longo prazo dos Estados que passam pelas missões.

Essa nova posição das Nações Unidas quanto aos fundamentos das missões de paz, associado ao novo papel desempenhado pela potência asiática no SI, fomenta uma reconsideração por parte da China quanto a sua inserção em missões de paz, e até mesmo quanto a movimentação de tropas com capacidade militar (WANG, 2018). Apesar de sua participação nas negociações de Darfur em 2007 e 2008, a China apenas em 2013 enviou pela primeira vez tropas de combate para uma missão de paz organizada pela ONU, nesta ocasião a MINUSMA no Mali. Antes disso, ainda que fosse a maior contribuinte com tropas dentre os membros permanentes do Conselho de Segurança, estas eram apenas de caráter de assistência médica e humanitária, ou de engenharia. Como resultado as tropas chinesas tinham como característica a sua participação ativa no processo de reconstrução dos Estados afligidos. Ainda que as novas tropas tenham sua característica de capacidade de combate e força policial, seu papel na missão de paz está associado primeiramente à proteção das dependências dos quartéis da missão e mais importante a interação com a força policial local e a capacitação da instituição e do pessoal local (LEI, 2018).

Apesar de sua pressão para uma maior participação em missões de paz e em questões de segurança internacional, os países ocidentais esperam que a China ao exercer esse papel nos assuntos de paz e segurança da África, o faça sob as premissas e normativas da paz liberal (WANG, 2018). A teoria do desenvolvimento pela paz serve, então, para entender a posição chinesa a respeito das missões de paz assim como a estratégia do país quanto à cooperação em defesa com o continente africano. Em primeiro lugar, é importante notar que a abordagem chinesa para a paz, especialmente no que tange ao continente africano, é fortemente distinta da abordagem do Ocidente. Em sua pesquisa, Wang (2018) indica que enquanto os países ocidentais se utilizam do conceito da paz liberal desde o princípio das Nações Unidas, a RPC traz para o debate uma nova direção para o estabelecimento da paz, a de “*developmental peace*”. Essa teoria tem como origem a estratégia chinesa de manutenção da paz e da soberania em seu próprio território tendo como objetivo básico o desenvolvimento do Estado. A fim de entender as dissonâncias quanto à viabilidade do uso de cada

estratégia para as missões de paz africanas Wang utilizou da proporção de reincidência de conflitos em países que tiveram missões de paz de caráter liberal para justificar a falibilidade do método ocidental de manutenção da paz no continente africano (WANG, 2018).

Como indica Benabdallah (2016), a decisão do PCC de oferecer como solução a abordagem do *development peace* tem como motivador a experiência própria da China com as consequências que a pobreza pode trazer para as questões de segurança interna e o desagrado nos nacionais. A estratégia de investir no desenvolvimento de uma região para garantir a paz e estabilidade no local teve sua primeira aplicação no ambiente doméstico. Frente à situação de instabilidade social e pobreza das comunidades no interior do país, a China teve de focar em políticas em prol do crescimento econômico, para então atingir a almejada paz e segurança nacional (BENABDALLAH, 2016). Conforme afirmou o Chefe de Estado da China, presidente Xi Jinping (2014)<sup>8</sup> “Development is the foundation of security, and security the precondition for development”. Percebe-se com isso a conexão entre segurança sustentável e práticas de desenvolvimento sustentável. Essa estratégia é abertamente argumentada por oficiais chineses, cujos discursos afirmam a relação entre a promoção da paz e segurança e o desenvolvimento econômico, leva-se também a ideia de que conflito civil e pobreza estão intimamente conectados. O nexos do desenvolvimento pela paz será, logo, usado pela RPC para reger sua estratégia de cooperação em defesa com o continente.

É importante notar que a relação entre China e África em seus mais distintos aspectos e assuntos é fortemente voltada para negociações entre os Estados, se mostrando debates e articulações de característica intergovernamental (ZHANG, 2018). A questão de segurança e defesa não é diferente, sendo a cooperação em defesa fortemente caracterizada pela relação entre forças armadas e ministérios da defesa, especialmente quando focadas em programas de desenvolvimento de recursos humanos (BENABDALLAH, 2016; SHEN, 2018). A cooperação em defesa e a conduta militar chinesa, assim como a política externa do país, seguem os cinco princípios da

---

<sup>8</sup> Discurso proferido pelo Presidente na ocasião do 4º encontro da *Conference on Interaction and Confidence Building Measures in Asia (CICA)* em 21 de Maio de 2014 (XI, 2014).

coexistência pacífica, sendo assim intentam em desenvolver relações militares cooperativas que sejam não alinhadas e não conflituosa (CHINA, 2019b; SHEN, 2018). Como exemplo dessa abordagem, também associada à estratégia de *development peace*, tem-se como exemplo a oferta de treinamento em áreas especializadas para cidadãos de diferentes países da África (os chamados programas de desenvolvimento humano) com o objetivo de ampliar suas capacidades produtivas em suas sociedades. Esses treinamentos também são dados com foco exclusivo no corpo militar, ou de outras áreas associadas ao processo de reconstrução estatal, através dos *peacekeepers* chineses em missões no continente africano que buscam formar a força local e até mesmo os civis em temas como voltados a auxílio médico de emergência e de desenvolvimento de políticas para *state-building* (BENABDALLAH, 2016).

Após o fim da Guerra-Fria a política de diplomacia militar baseada na assistência militar às guerras de independência e outros conflitos armados na África será lentamente substituído por uma estrutura similar a já trabalhada diplomacia de defesa de Cottey e Forster (2004), ainda que a nomenclatura utilizada tenha seguido com a ideia de diplomacia militar. O ano de 1996 traz a tona um novo tipo de esforço de diplomacia de defesa para a África por parte da China resultando na ampliação no número de visitas de militares de alto escalão aos países africanos. Esse processo será seguido pela já analisada criação do FOCAC e a ampliação das negociações e da presença econômica chinesa na região, todavia a estratégia em matéria de defesa vai ter um novo impulso após o envio de tropas da PLAN para o Golfo de Aden em 2008 (ZHANG, 2018).

Em sua análise Shen (2018) apresenta cinco áreas foco da diplomacia de defesa da China para África, sendo estas trocas de visitas e comunicação militar, assistência militar, treinamento militar, missões e operações de paz e as missões de escolta no Golfo do Aden. Buscar-se-á focar nas três primeiras formas, uma vez que as missões foram analisadas no decorrer do capítulo. A assistência militar corresponde ao fornecimento de doações de materiais e equipamentos e a disponibilização de empréstimos para os Estados, ou conforme observado na análise da FOCAC, as doações para a União Africana. As trocas de visitas e comunicação trata tanto de passagens de frotas navais e visitas de oficiais de alto escalão, como também o envio

de Adidos Militares para as missões diplomáticas e embaixadas nos países parceiros. Corresponde também à questão de comunicação militar a implementação de plataformas de diálogo de defesa como é o caso do *China-Africa Defense and Security Forum* de 2018. Por fim, conforme brevemente observado no que tange à participação em missões de paz, o treinamento militar corresponde a uma importante estratégia de cooperação chinesa. Anualmente milhares de oficiais vão passar uma temporada de estudos nas faculdades da PLA, além de cursos de curta duração como os treinamentos em desminagem e treinamento de *peacekeepers* (SHEN, 2018).

Conforme observado no decorrer do capítulo, a presença chinesa na África, assim como na Ásia Central não ofende o princípio de não interferência, ou mesmo os princípios da coexistência pacífica. Tal afirmação se confirma ao refletir que, apesar de a China ter aumentado sua presença em ambas as regiões, os processos se deram em contextos de aceite e estímulo das partes que viriam a negociar com a China e receberem seu apoio (BARTON, 2018). Essa interação, portanto, se dá em conformidade com o princípio da não intervenção e também sob uma progressão lógica de uma maior projeção chinesa na esfera internacional, assim como um forte crescimento da capacidade econômica e militar do país colocando a China entre as grandes potências mundiais (BENABDALLAH, 2016; CHENG, 2018; ZHANG, 2018). O aparente sucesso da presença chinesa na África e o fato de ser num geral bem recebida pelos seus parceiros derivam também de sua capacidade de coordenar sua participação nos assuntos africanos de forma a construir uma parceria China-África fortemente distinta das práticas colonialistas e neocolonialistas perpetuadas pelos países desenvolvidos ocidentais (CARROZZA, 2019). Conforme indicado anteriormente, a estratégia chinesa de cooperação em defesa entre OCS e FOCAC tem fundamentos diferentes ainda que uma estrutura e uma motivação semelhante (DU PLESSIS, 2018). Ambas se dão sob uma estrutura multilateral que se baseia em fóruns de discussão e a reciprocidade entre as partes antes de qualquer decisão. Ademais, ao analisar as duas interações enxergam-se semelhanças no que tange a abordagem do país para as questões de segurança e de defesa em que a segurança e a paz estão fortemente conectadas com o desenvolvimento dos países e da população.

#### 4 COOPERAÇÃO EM DEFESA CHINA E AMÉRICA LATINA

A China se aproxima inicialmente da região da América Latina e Caribe (LAC) aproximadamente na mesma época em que ela vai se aproximar da África, ou seja, no período pós-Guerra Fria, após as políticas de aberturas e quando esses países passavam por uma grande crise financeira. Todavia, diferentemente da situação africana, os países da América Latina não eram novos Estados e já tinham uma forte relação de dependência pós-República dos países do norte. Sendo assim, a presença chinesa vai se apresentar de forma mais clara apenas após a crise de 2001, especialmente através da busca por matérias primas que posteriormente se tornará o “boom das commodities” da segunda década do século XXI – mais precisamente entre 2003 e 2013 (VADELL, 2019).

O primeiro *Policy Paper* da China para a América Latina foi lançado em 2008 antes de o país fazer qualquer movimentação em prol de um possível mecanismo multilateral. Este primeiro documento identifica a América Latina como uma região com uma crescente força e capacidade de influência internacional, sendo politicamente estáveis e focadas no desenvolvimento econômico. Afirma sua intenção de construir uma parceira compreensiva e cooperativa para o benefício e desenvolvimento mútuo da China e dos países da LAC. Desde o primeiro momento, se aborda a questão de paz e segurança. Descrevem-se abertamente as possibilidades dos países cooperarem em defesa e exercerem trocas de visitas além de treinamentos militares. Ao final do texto ainda destaca-se a importância das organizações regionais e sub-regionais para o diálogo e um planejamento futuro de também cooperar através dessas (CHINA, 2008). Em 2012 a China inaugura um mecanismo de diálogo intitulado *China and Latin America High-Level Defense Forum*. Um fórum de ocorrência bienal organizado pelo Ministério de Defesa em Pequim, cujo tema é reforçar a compreensão mútua e a colaboração. O Documento Nacional de Defesa Chinês indica que o fórum tem como objetivo promover o entendimento entre os militares e ampliar a confiança na China e em suas forças armadas, a fim de facilitar a continuação de trocas e cooperação entre as forças armadas chinesas e latino-americanas (CHINA, 2019b).

Em 2014, a RPC trouxe ao sub-continente a sugestão de elaboração de um mecanismo multilateral de diálogo, proposta que resultou no Fórum China-CELAC. Em Janeiro de 2015 em Pequim, no decorrer do Primeiro Encontro Ministerial do Fórum China-CELAC os países elaboraram o *China-Latin American and Caribbean Countries Cooperation Plan (2015-2019)*. O plano aborda a cooperação em áreas como políticas de liderança, comércio e investimento, infraestrutura e transporte, questões energéticas e recursos naturais, agricultura, indústria e tecnologia, educação, entre outras. Todavia, conforme se observou nessa listagem, o plano de cooperação não trata de assuntos de defesa ou outras interações entre instituições militares. O único tópico associado a questões de segurança internacional e segurança doméstica foi a cooperação em matéria de cyber segurança (CHINA, 2015).

Um ano após a formulação do Fórum, a China lança um novo *Policy Paper in Latin America and The Caribbean* (CHINA, 2016a). Nessa ocasião o texto vai utilizar da narrativa da importância da cooperação Sul-Sul tratando da necessidade de cooperação entre países em desenvolvimento e de como a China aspira a uma nova maneira de fazer as relações internacionais. Nesse documento ele apresenta a criação do fórum, afirmando que depois do *Policy Paper* de 2008, em 2014, os países da LAC e a China se encontraram em Brasília para anunciar o estabelecimento de uma “*comprehensive and cooperative partnership of equality, mutual benefit and common development*” (CHINA, 2016a). Esta parceria compreensiva se dá sob a forma dos diálogos no fórum multilateral, indicando que a partir de 2015 se instala o Fórum China-CELAC criando um novo ambiente de negociação e cooperação entre a China e a região. Em matéria de defesa, o documento traz pela primeira vez o assunto do espaço e a cooperação na área de comunicação, satélites de sensores remotos, satélites de dado; trazendo essa nova possibilidade de aplicação estratégica da cooperação. Aborda novamente a questão de cyber segurança e a cooperação em mecanismos de transparência e governança do sistema. No que tange a questão militar ele praticamente repete a política definida em 2008, afirmando que

China will actively carry out military exchanges and cooperation with Latin American and Caribbean countries, increase friendly exchanges between defense and military leaders from the two sides, strengthen policy dialogue and set up working meeting mechanisms, conduct exchanges of visits between

delegations and vessels, deepen professional exchanges in such fields as military training, personnel training and UN peacekeeping, expand pragmatic cooperation in humanitarian relief, counter-terrorism and other non-traditional security fields, and enhance cooperation in military trade and military technology (CHINA, 2016a).<sup>9</sup>

Percebe-se com a leitura desta passagem que apesar de o *Policy Paper* listar e se propor a diversas opções de abordagens da cooperação em defesa, não se apresenta uma proposta concreta de como e com quais países pretende ampliar essa cooperação.

Por fim, antes de dar seguimento ao estudo da presença Chinesa na América Latina e Caribe, a fim de tentar acessar a possibilidade de uma cooperação multilateral em defesa, deve-se analisar o último documento elaborado no Fórum China-CELAC. O *CELAC and China Joint Plan of Action for Cooperation on Priority Areas (2019-2021)* foi o documento final do Segundo Encontro Ministerial do Fórum que ocorreu em Santiago no Chile em Janeiro de 2018. O mais importante desse encontro foi o discurso do Ministro de Relações Exteriores da China, Wang Yi, que trouxe ao debate as possibilidades ofertadas pela BRI em sua apresentação e afirmou a ideia de que a LAC poderia cumprir um grande papel no processo de construção da Iniciativa. No quesito de segurança o plano trata de medidas conjuntas para combater, terrorismo, crime organizado, além de buscar assegurar a cyber-segurança e o avanço das políticas de desarmamento. Ou seja, assim como documento anterior (de 2015 – 2019) o plano não abordou a cooperação em defesa, ou em assuntos militares (CHINA, 2018a).

Essa aparente relutância em abordar a cooperação em defesa no âmbito do fórum multilateral China-CELAC se mostra inusitada quando comparada com as experiências analisadas anteriormente da relação da China em organismos multilaterais. Sendo assim, para esclarecer essa questão faz-se necessário considerar duas opções, (i) a China pode considerar que a cooperação em defesa não é uma prioridade de

---

<sup>9</sup> A China realizará ativamente intercâmbios militares e cooperação com países da América Latina e Caribe, aumentará as trocas entre os líderes militares e de defesa de ambas as partes, reforçará o diálogo político e criará mecanismos de reunião de elaboração, realizará troca de visitas entre delegações e navios, aprofundará os intercâmbios profissionais em domínios como a formação militar, a formação de pessoal e as operações de paz da ONU, expandirá a cooperação pragmática em matéria de ajuda humanitária, combate ao terrorismo e outras questões de segurança não tradicionais, e reforçará a cooperação no comércio militar e na tecnologia militar (CHINA, 2016a). (tradução da autora)

engajamento na região no momento (ii) os países membros do mecanismo de diálogo não consentiram com essa abordagem no âmbito do fórum multilateral. A análise da presença Chinesa na região além dos documentos e diretrizes na próxima seção do capítulo pode trazer as respostas de como a situação na LAC se diferencia da relação da China com seus outros parceiros.

#### 4.1 A CRESCENTE PRESENÇA DA CHINA NA AMÉRICA LATINA

No período que vai da década de 70 até o final da década de 80, a China sob a sua forma atual de República Popular da China, estabeleceu relações diplomáticas com a maioria dos países das Américas. A cooperação entre a LAC e a RPC teve início em diferentes áreas e teve um forte crescimento já na década de 90. Com a virada para o século XXI e a ascensão das políticas voltadas à integração da China com o SI, as regiões ampliaram a frequência de visitas de alto cargo, fortalecendo o grau de confiança política e mais importante condicionando uma cooperação mais avançada em matéria de economia, comércio e investimento, além de cooperação em questões políticas, legislativas e sociais. Essa trajetória fez com que já no final dos anos 2000 a relação fosse tal que os países da LAC e a China se posicionam nos assuntos das relações internacionais com certo grau de suporte mútuo e coordenação de políticas (CHINA, 2008).

A abordagem chinesa à América Latina através do Fórum China-CELAC traz consigo características fortemente similares às aquelas observadas no tratamento das questões com a África no FOCAC (JAKÓBOWSKI, 2018; YU, 2015). Segundo Jakobowski (2018) esse fenômeno se dá, pois as plataformas de cooperação chinesas tem como base normativa a capacidade de balancear entre o multilateralismo e o bilateralismo; além de dependerem forte mente do consentimento e consenso dos seus parceiros para prosseguir as negociações. Pode-se considerar também, pelo que foi observado nos casos anteriores, que a formação destas plataformas multilaterais tende a estar fortemente associadas ao crescimento da participação econômica da China nessas regiões (ALDEN *et al.*, 2018).

Sendo assim, faz-se necessário apresentar, ainda que brevemente, a situação da presença econômica da China na região. A China é a segunda maior parceira econômica da América Latina e Caribe e atualmente a maior credora da região, ela está atrás apenas dos Estados Unidos que não só pertence ao continente Americano, ou seja, tem mais fácil acesso aos seus parceiros como também faz parte do acordo NAFTA (North American Free Trade Agreement) junto ao México o que limita a participação da China na significativa economia deste país latino (KOLESKI; BLIVAS, 2018). Ainda assim a participação econômica da China na região não é pouca, desde 2005 até o ano de 2020 a China havia investido aproximadamente 197 bilhões de dólares na LAC sobre a forma de investimento estrangeiro direto e construções de infraestrutura (AEI, 2021). Apesar do alto valor em investimentos na região e a importância que isso tem para o desenvolvimento dos países latino-americanos e caribenhos, deve-se ter em mente que no que diz respeito à presença econômica a LAC não é a região mais importante para a potência asiática. Tomando como exemplo as outras duas regiões já estudadas, África e Ásia Central (mais especificamente os países da OCX): ao comparar o desempenho econômico da China nessas regiões percebe-se que apenas em 2019 a China investiu mais de 20 bilhões de dólares na Ásia Central e 26,8 bilhões no continente africano. Enquanto isso no mesmo ano de 2019 o investimento na região da América Latina e Caribe se resumiu a 13,2 bilhões de dólares (AEI, 2021).

É importante notar também que a aproximação da China com a região não é isenta de um interesse político, ou uma necessidade de se apresentar como potência e parceiro viável para estes países. Um dos elementos basilares para que a China se relacione com outro Estado é a adoção da política de Uma Só China, que limita os seus parceiros quando a possibilidade de se relacionar com a ilha de Taiwan. Deve-se considerar, portanto, ao tentar justificar e entender a presença chinesa na sua região antípoda do globo que dos 15 Estados que ainda reconhecem Taiwan como República da China em detrimento da RPC, 9 (nove) deles se encontram na América Latina ou no Caribe<sup>10</sup>. Por conseguinte presença chinesa na região se apresenta também como uma

---

<sup>10</sup> Os nove países que ainda reconhecem Taiwan são Guatemala, Honduras, Haiti, Paraguai, Nicarágua, São Vicente e Granadinas, São Kitts e Nevis, Saint Lucia e Belize.

tentativa de mostrar aos países as vantagens da relação com a grande potência e as possibilidades de integração, financiamento e inserção nos assuntos internacionais que podem derivar dessa mudança de política diplomática. Nos últimos anos teve-se como exemplo o reconhecimento por parte do Panamá em 2017 e da República Dominicana e El Salvador em 2017 (IISS, 2018; KOLESKI; BLIVAS, 2018). No que tange às interações diplomáticas com os demais países da região deve-se enfatizar que a China mantém relações de Parceira Estratégica Compreensiva – o maior grau de parceria na região - com Brasil (2012), México (2013), Peru (2013), Venezuela (2014), Argentina (2014), Chile (2016) e Equador (2016) (MYERS; BARRIOS, 2021).

No que diz respeito à prática da cooperação em defesa e atividades de segurança entre LAC e China por parte da PLA estas se enquadram principalmente entre visitas de oficiais de alto escalão, exercícios militares e venda de armamentos (KOLESKI; BLIVAS, 2018). Conforme registrado por Allen, Saunders e Chen (2017) em sua análise quanto a Diplomacia Militar da PLA entre 2003 e 2016, percebe-se que ainda que menor do que a presença chinesa em outras regiões, esta interação não esteve ausente da América Latina e Caribe. Tendo como principal receptor da diplomacia chinesa, o Chile, com 36 visitas entre militares de alto nível, e Antígua e Barbuda com apenas uma troca. Nessa linha, nota-se que as forças armadas chinesas interagiram com 17 dos 33 Estados da América Latina e Caribe. Somando-se houveram 8 exercícios militares, 15 visitas a portos navais, e 214 ocorrências de encontros entre militares de alto escalão. Apesar de os números parecerem significativos para uma região que é geograficamente antípoda a China, vale mencionar que os Estados Unidos trocaram 101 visitas, 9 passagens em portos navais e 25 exercícios militares no mesmo período (ALLEN; SAUNDERS; CHEN, 2017). No que tange à venda de armamentos, a maioria dessas foi destinada à Venezuela, especialmente devido à situação de sanções por parte dos EUA e demais países desenvolvidos. Além das vendas para Venezuela registrou-se também entre 2007 e 2017 vendas para Bolívia, Trindade e Tobago, Peru, Equador e Argentina. No entanto, nenhuma destas possui magnitude superior às vendas em mesmo ano executadas pelos EUA (KOLESKI; BLIVAS, 2018).

Conforme observado na seção anterior, atualmente o único mecanismo de diálogo que aborda a questão de defesa e possível cooperação em defesa entre China e

América Latina é o Fórum de Defesa entre China e América Latina, que ocorre na China bianalmente. A reunião multilateral mais recente para tratar de assuntos de defesa, foi o 4º Fórum de Defesa Sino-Latino Americano (China and Latin America High-Level Defense Forum) em 2018. Assim como as anteriores a reunião foi organizada em Pequim, nesta edição se deu entre 29 de outubro e 7 de novembro no International College of Defense Studies (ICDS) que faz parte da National Defense University (NDU) do Exército de Libertação Popular da China (PLA). O fórum contou com representantes militares e autoridades de defesa de Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, Cuba, México, Uruguai e Venezuela. O Fórum teve como tema “Melhorar a compreensão e promover a cooperação”, assim teve como objetivo principal ampliar a confiança e fomentar a amizade e cooperação entre a China e os países presentes, para isso promoveu-se um entendimento da Política Externa da China e um maior conhecimento sobre a estruturação de suas forças armadas e sua situação atual (CHINA MILITARY ONLINE, 2018; DEFENSA.COM, 2018; XU, 2019). Ainda que tenha sido registrada a existência de palestras e discursos entre os participantes durante o evento, não se produziu nenhum documento oficial que promova algo concreto quanto a cooperação na área de defesa.

É válido mencionar que em 2019 o Ministério de Defesa Chinês convocou o Seminário para Chefes de Departamento de Cooperação Militar Internacional na América Latina. O evento ocorreu na International Defense Academy da National Defense University em Pequim entre 12 e 17 de Junho. Segundo o Porta-Voz oficial do Ministério de Defesa Coronel Ren Guoqiang. O Seminário recebeu 20 militares e oficiais de polícia, assim como civis responsáveis pelo assunto de cooperação militar internacional de 10 países da América Latina. O evento contou com discussões importantes em tópicos como o desenvolvimento econômico e social Chinês, a política exterior e de defesa do país, e especialmente os desafios e oportunidades para a cooperação militar entre a China e a América Latina (CHINA, 2019a). É importante notar aqui que os documentos oficiais chineses preferem o termo cooperação militar e não cooperação me defesa, e por isso as diferenças em nomenclaturas entre alguns acadêmicos ocidentais e chineses.

Através da análise destes dois eventos pode-se perceber que apesar de não ter levado o debate para o grande âmbito representado pelo Fórum China-CELAC a China tem lentamente tentado abordar e ampliar a cooperação em defesa entre as duas partes. Voltando para as alternativas quanto ao motivo da baixa abordagem do tópico de defesa e questões militares, percebe-se que ainda que não no fórum multilateral oficial a China segue fazendo um esforço para debater o assunto com as Forças Armadas da região. Portanto, pode-se imaginar que a segunda alternativa de que os países membros do mecanismo de diálogo não consentiram com essa abordagem no âmbito do fórum multilateral possa ter mais peso. É importante entender por que o fórum não é um ambiente confortável para se tratar deste assunto. Um dos principais elementos que impactam a relação entre a China e a América Latina e o Caribe, ao menos no campo teórico é a percepção dos EUA quanto essa aproximação que no último governo beirou a uma ideia de ameaça.

Segundo a análise de Magnotta (2019) não é possível dizer que a recepção da presença da China na América Latina e Caribe pelos EUA foi desde seu princípio conflitiva, o que em si condiz com a visão de que a aproximação da China com a região se dá em um período de abandono do sub-continente por parte dos países desenvolvidos (VADELL, 2011). Entende-se, logo, que ainda que durante considerável período do novo século tenha prevalecido uma tendência de acomodação da parte dos EUA com a presença Chinesa, com o final da década fortaleceu-se um novo tensionamento e pré-disposição à confrontação pela região (MAGNOTTA, 2019).

No que tange à comparação da real presença chinesa com a estadunidense na região, Koleski e Blivas (2018) demonstraram que ainda que a RPC seja a segunda maior parceira econômica e maior credor da região, nas questões militares e de defesa os EUA seguem na frente em todos os quesitos. Conforme observado anteriormente, as proporções entre a presença Chinesa em assuntos de segurança e defesa na LAC e da dos EUA é fortemente destoante. Ainda assim, especialistas em América Latina de universidades nos EUA e até mesmo políticos estadunidenses apresentaram uma narrativa de percepção de ameaça agravante desde a ascensão do governo Trump. Um dos principais exemplos desse fenômeno, além da própria Estratégia Nacional de Defesa lançada em 2017, foi o discurso do então Secretário de Estado dos EUA, Rex

Tillerson, proferido em 01 de fevereiro de 2018, na University of Texas, sobre o engajamento com o Hemisfério Ocidental, um dia antes de sua viagem oficial para a América Latina (USA, 2018). Nessa ocasião, o Secretário afirmou que a China se apresentava como uma nova forma de poder imperial que buscava apenas o bem se seu próprio povo, com um modelo de desenvolvimento levado pelo Estado que estava no passado e não teria lugar no futuro do hemisfério Ocidental. É importante ressaltar que as informações dadas por Tillerson contrastam fortemente com o discurso oficial tanto da China quanto de seus parceiros em ocasião do Fórum China-CELAC.

Contrário ao que indica as previsões alarmistas de Ellis (ELLIS, 2018a, 2018b), Tokatlian (TOKATLIAN, 2018) afirma que a preponderância militar dos EUA na região da América Latina e Caribe é extremamente sólida e nenhuma potência, especialmente uma extra regional, tem a capacidade de emprego militar que o país detém na região, seja trabalhando em conjunto ou individualmente os demais países não se aproximam dos valores e capacidades do Comando do Sul. Em seu comentário lembra também que dos 107 programas de assistência militar estadunidenses de alcance global, 75 deles operam na América Latina (TOKATLIAN, 2018).

Ainda que em um olhar inicial, política lançada pelo presidente Xi para a América Latina pareça uma tentativa de provocar os EUA, retaliar sua presença após o Pivô para o Pacífico e se mostrar uma potência global, essa narrativa entre os próprios analistas de Relações Internacionais se desacelerou nos últimos anos tomando mais fortemente a forma de projeção e cooperação Sul-Sul. A China vai se ancorar fortemente em características importantes para o sucesso da cooperação - conforme observado em sua teoria - sendo esta a ideia da reciprocidade e a importância de um diálogo constante para compreender a intenção do Estado com o qual se estabelece a parceria. Na América Latina e Caribe essa característica vai ser alimentada através do estabelecimento do Fórum China-CELAC e seus sub-mecanismos de discussão. Nesse sentido também deve-se destacar a importância dos Policy Paper que tem como função primordial indicar aos países da LAC a intenção chinesa para com a região.

Por fim, pode-se entender que existem dois fatores principais que ainda impedem a China de aprofundar ainda mais a sua interação com a região especialmente no tópico de defesa. Por um lado considerando o que já foi apontado durante o trabalho, a

dinâmica econômica entre as duas regiões não apresenta como urgente a abordagem do tópico de defesa quando comparado com África e Ásia Central. Ademias, a situação política interna dos países da LAC, a consideração com a sua parceira com os EUA e atual posição defensiva estadunidense frente à presença da China na região. Nesse mesmo sentido, conforme comentou a Dr. Watson (2020), em seu testemunho e análise frente a U.S.-China Economic and Security Review Commission (USA, 2020), a RPC leva também em consideração a sombra da Doutrina Monroe que indica a América como continente de predominância estadunidense e trata o assunto e a presença da PLA na região com cautela.

#### 4.2 O CASO DO BRASIL

O Brasil é o principal parceiro da China na América Latina e não coincidentemente um dos membros fundadores dos BRICS. No que diz respeito à participação brasileira na economia chinesa, segundo os dados de 2018, o Brasil é o 7º país que mais exporta para a China, sendo o primeiro lugar na LAC. Essa colocação corresponde a 3,88% das importações chinesas e basicamente se dá sob a forma de bens do setor primário além de combustíveis fósseis e outros bens associados ao fornecimento de energia. Já no que tange ao inverso o Brasil é o 20º país para qual a RPC mais exporta, o segundo em matéria de LAC estando atrás apenas do México, corresponde a 1,35% das exportações chinesas que se dão predominantemente no setor secundário (WITS, 2018). Ainda em 2009 a China se tornou o principal parceiro comercial do Brasil e em 2012 passou a ser o seu principal país fornecedor de importações (BRASIL, 2020). Por fim em 2017 a China se tornou a maior provedora de investimentos estrangeiros ao mercado brasileiro sedimentando sua posição como principal parceira econômica e financeira do país (MARCONDES; BARBOSA, 2018). No que tange à questão institucional e política, ambos os países firmaram ainda em 1993 uma “Parceria Estratégica” que em 2012 foi elevada a “Parceria Estratégica Global”. Em caráter bilateral o principal órgão de negociação é a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) criada em 2004 e co-presidida pelos Vice-Presidentes de ambos os países. Além das relações bilaterais e do Fórum China-

CELAC visto anteriormente, os países também dialogam através de mecanismos como BRICS, G20, OMC e BASIC<sup>11</sup> (BRASIL, 2020).

Seguindo o padrão de relações já observado, Brasil também é o país da região com uma maior articulação institucional no que diz respeito à cooperação em defesa com a China. Segundo Marcondes e Barbosa (2018) desde 2004 até o final do governo de Michel Temer o número de visitas de alto escalão e trocas militares entre os países aumentou durante os 15 anos que se passaram além de um número significativo de contratos assinados e mecanismos de diálogo sobre defesa entre ambas as forças armadas e ministérios de defesa. Em 1985 no governo do então presidente João Batista Figueiredo ocorreu a primeira visita de um presidente brasileiro à RPC após o seu reconhecimento em 1974, e no mesmo ano a China abriu o primeiro escritório do Adido de Defesa da China no Brasil. Tal medida foi correspondida em 1988 quando foi enviado o Adido de Defesa brasileiro para Pequim. A partir da década de 90 as visitas entre oficiais de alto escalão foram iniciadas consolidando o princípio da cooperação em defesa entre China e Brasil (MARCONDES; BARBOSA, 2018). A partir de 1995, ao convite do Ministério de Defesa Chinês, oficiais brasileiros passaram a realizar um “Curso Especial de Estratégia”, na Academia Nacional de Defesa chinesa (VILLAS BOAS, 2001).

No final da primeira década do século XXI estabeleceu-se o primeiro mecanismo de cooperação em defesa sob a forma do Comitê Conjunto de Defesa Brasil-China, estabelecido em 2010 que teve como fruto o Acordo sobre Cooperação em Matéria de Defesa (BRASIL, 2011). Em 2015, durante o segundo mandato da presidente Dilma Rousseff, com a Visita do Primeiro-Ministro da República Popular da China, Li Keqiang, ao Brasil, assinou-se o “Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China – 2015-2021”. Neste documento a matéria de cooperação em defesa foi amplamente citada, tratando de áreas estratégicas como tecnologia da informação, telecomunicações e sensoriamento remoto. Ademais, se comprometeram em ampliar a troca de visitas de alto nível e os intercâmbios profissionais, além da intensificação da cooperação em áreas como

---

<sup>11</sup> BASIC corresponde à articulação entre a China e os países membros do IBAS em matéria de meio ambiente.

treinamento de pessoal, sensoriamento remoto e produtos de defesa (BRASIL, 2015). Ainda nesse período a cooperação em defesa alcançou a esfera das empresas estatais chinesas que dentre outros projetos tiveram envolvidas na reconstrução da base brasileira na Antártida. A construção foi concedida à empresa China National Electronics Imports and Exports Corporation (CEIEC) sob a condição de receber supervisão da Marinha Brasileira, por meio de licitação feita pela Força Naval ainda em 2014. A base foi oficialmente entregue e inaugurada em Janeiro de 2020 (BARRETO, 2020; MARCONDES; BARBOSA, 2018).

Apesar do que foi até então observado, é importante notar que nos últimos anos, especialmente após a eleição presidencial de 2018 observou-se uma diminuição nesse progressivo aprofundamento da cooperação em matéria de defesa entre os Ministérios e Forças Armadas de Brasil e China. Mantiveram-se mecanismos tradicionais como a COSBAN, assim como visitas entre oficiais<sup>12</sup> e trocas entre academias militares. Os presidentes Xi e Bolsonaro se encontraram duas vezes em 2019, primeiro em Pequim e depois em Brasília (esta vez em ocasião da reunião dos BRICS. Todavia, os últimos encontros entre Chefes de Estado não trouxeram novamente a pauta de ampliar a cooperação em defesa, ou outras questões de cooperação em segurança, tratando-se apenas dos assuntos econômicos e algumas formas de cooperação social (BRASIL, 2019).

Com o advento da pandemia do vírus Covid-19 no ano de 2020, a houveram poucas interações registrada, a principal diz respeito à missão de retirada dos cidadãos brasileiros de Wuhan. Além desta houve a formação de cinco oficiais do Exército Brasileiro em cursos que haviam iniciado em 2019 como de Altos Estudos na National Defense University da China em Pequim, e o de Estado-Maior na Escola de Comando da Força Terrestre do Exército Popular de Libertação da China em Nanjing (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2020a, 2020b). Sendo assim, não é possível indicar no momento perspectivas de melhora das relações ou de retomada de diálogos em mecanismos cooperação em defesa. Uma das explicações plausíveis para o atual distanciamento

---

<sup>12</sup> Tem-se como exemplo destas visitas recepção à Delegação do Departamento de Apoio Logístico do Exército da República Popular da China, chefiada pelo Major General Li (General de Brigada) pela Chefia de Logística e Mobilização do Ministério da Defesa em 22 de março de 2019 (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2019).

das instâncias brasileiras em assuntos de defesa e cooperação com a China é a atual proximidade diplomática com os Estados Unidos que foi fortemente impulsionada pela agenda do atual governo brasileiro. Se for esse o caso esse afastamento pode estar levando em consideração a posição alarmista de teóricos e políticos estadunidenses a respeito da suposta ameaça chinesa aos interesses dos EUA na região da América Latina e Caribe (ELLIS, 2020; USA, 2020).

## 5 CONCLUSÃO

Conforme observado no começo da pesquisa, o trabalho buscou entender como os principais fundamentos teóricos e desafios políticos atuam na promoção da possível cooperação em defesa entre China e os países da América Latina. Até o presente momento a cooperação em caráter de defesa entre a China e a região da América Latina e Caribe não possui um mecanismo institucional multilateral que a fomenta e conduza suas discussões, essa questão é o primeiro sinal que indica uma dificuldade na promoção deste formato de relação, tendo em vista as experiências passadas da China nesse tópico. Apesar da existência de debates e reuniões entre as partes a respeito da viabilidade do tópico, a dependência já indicada na teoria de cooperação de um indicativo de reciprocidade e uma disputa dentro dos possíveis ganhos de uma cooperação torna os países da LAC e em especial suas forças armadas, reticentes frente à relação com uma grande potência exógena a região como a China. Por fim, ainda que mediante uma observação inicial e compreensão da teoria de cooperação a relação entre as instituições de defesa desses países, especialmente sobre a ótica do fomento da cooperação sul-sul, façam sentido e pareçam benéficas, é importante destacar uma questão sistêmica anterior que diz respeito à posição dos EUA na região e a retórica de ameaças com a qual a China é atualmente tratada.

Como fundamento teórico analisaram-se as teorias de cooperação em três instâncias, primeiro no seu âmbito matemático e das demais “*sciences dures*” como a biologia e a genética; em segundo lugar situou-se a cooperação dentro das grandes teorias de relações internacionais e também no que tange ao caráter securitário destas; por fim foi trazido o debate quanto às teorias de alcance médio de cooperação em defesa e como elas abordam as possibilidades deste mecanismo. Deste capítulo e especialmente dos fundamentos teóricos que impactam a tentativa de estabelecimento de uma ampla cooperação em defesa entre a China e a América Latina depreende-se algumas afirmações. Ainda que a questão da cooperação em termos genéricos e até mesmo em seu caráter matemático frente a teoria dos jogos e o dilema de segurança se mostre a opção mais conveniente, identifica-se dentro do campo de segurança internacional a inexistência de um entendimento consensual sobre a viabilidade da

cooperação em defesa. Por outro lado, das teorias que trabalham o tema especialmente analisando-o em experiências reais, é que a literatura teórica identifica mecanismos e benefícios da cooperação. Dentre estes benefícios um dos principais identificados foram a redução de custos da indústria de defesa e o fortalecimento da segurança regional após o incremento das capacidades de defesa. A cooperação em defesa pode surgir, então, como uma alternativa ao conflito e à desconfiança entre Estados que promovem a insegurança no sistema internacional. Todavia, o maior desafio para seu estabelecimento é a questão implícita dos ganhos relativos e absolutos dos Estados que veem a cooperar, uma vez que traz a tona o principal elemento que coordena a cooperação em matéria de relações internacionais, a reciprocidade.

No decorrer do capítulo “O Modelo Chinês de Cooperação em Defesa” percebe-se uma tentativa de explicação que venha a solucionar a questão dinâmica da reciprocidade. Identifica-se que a China apresenta aos países de terceiro mundo um modelo de cooperação em que as expectativas e demandas entre os agentes não atuam em detrimento de sua autonomia e soberania. As estruturas de cooperação estabelecidas pelos mecanismos multilaterais da China trabalham de uma maneira não normativa, com a necessidade de consenso entre as partes e constante diálogo. Ademais, ao analisar a relação com diferentes regiões de países de terceiro mundo, neste trabalho a Ásia Central e a África, percebe-se que a RPC não possui um molde único para sua inserção neste debate, apenas elementos em comum que se sustentam ao longo dos anos. Em um primeiro momento depreende-se que a presença Chinesa na cooperação em defesa está fortemente associada a uma tentativa de fortalecer a capacidade dos Estados parceiros em segurança internacional e até mesmo doméstica a fim destes serem capazes de proteger os investimentos e os cidadãos estrangeiros nas regiões. Isso pode ser observado em um primeiro momento na Ásia Central com as negociações de segurança de fronteiras e exercícios militares que vão dar origem à OCX. Enquanto na África, apesar do caráter inicial econômico do FOCAC, este vai passar a tratar de assuntos de segurança após a iniciativa da UA e da ONU em trazer a China para o contexto de missões de paz no Continente. Ainda assim tanto na OCX quanto no FOCAC, a China vai sustentar os argumentos de não intervenção em

assuntos internos (SCO, 2017) e soluções africanos para problemas africanos (FOCAC, 2015). Vale reforçar assim, que as iniciativas de cooperação em defesa da China, especialmente as que se dão em regiões distantes do seu território, levam em conta as fragilidades domésticas de seus parceiros e especialmente a necessidade de reincidência no debate e conversação internacional. Desse capítulo depreende-se, então, que a cooperação em defesa se insere no plano de longo prazo da RPC de possibilitar um novo modelo de relações internacionais. Este modelo tem em seu centro a cooperação com ganhos recíprocos e especialmente a aplicação desta com países pertencentes à dinâmica Sul-Sul. Por fim, destaca-se novamente que a China, na tentativa de alcançar essa multipolaridade com desenvolvimento coletivo, utiliza de mecanismos multilaterais de cooperação que facilitem o diálogo com múltiplos parceiros, apesar de não abrir mão de outras iniciativas bilaterais.

O último capítulo ao abordar a questão da presença chinesa na América Latina e no Caribe a fim de identificar a potencialidade de uma cooperação em defesa entre a potência e o subcontinente, alcançou resultados distintos daqueles apresentados na hipótese inicial do trabalho. Assim, ainda que a China seja a maior parceira comercial de um grande número de países da LAC, a segunda maior parceira de toda a região e a sua maior credora, a participação em outras áreas de cooperação ou de relações internacionais é mais atenuada. É importante também reiterar que para a China a participação econômica da América Latina e até mesmo a proporção de investimentos é ligeiramente inferior quando comparada às duas regiões estudadas no capítulo anterior (África e Ásia Central). Apesar de ter sido identificada uma posição temerosa de análises estadunidenses a respeito da presença e influência chinesa em assuntos da região, analistas latino americanos indicam que até mesmo a Rússia se encontra mais presente em aspectos como a venda de armamentos e a participação em conflitos na LAC (TOKATLIAN, 2018). Especialmente no que diz respeito às questões de segurança e defesa, a China possui um baixo montante de venda de armamentos para países da LAC, representações de adidância de defesa em menos de 20 dos 30 países da região. Por fim o país possui uma quantidade baixa de espaços para debates e negociações em cooperação de defesa, estando inclusive ausente do principal mecanismo multilateral da região, o Fórum China-CELAC. Assim, identificou-se que no que tange à

América Latina e o Caribe, a presença chinesa ainda é fundamentalmente econômica, podendo-se considerar que essa relação se encontra em um estágio inicial com uma potencialidade de ampliar suas trocas em defesa ainda não explorada em diversas áreas e entre a maioria dos países junto à China. Conclui-se que embora a China já tenha dado os seus primeiros passos na região através da instalação de fóruns multilaterais como o Fórum China-CELAC e alimentado até mesmo reuniões em Pequim para tratar da viabilidade de projetos de cooperação em defesa, o contexto político latino americano atual impede o desenvolvimento de uma cooperação em defesa mais robusta.

É importante ressaltar que o presente trabalho não possuiu intenções de desenvolver o tema de forma exaustiva, apenas apresentar uma abordagem multifacetada que trouxesse teoria de cooperação em conjunto com a prática chinesa a fim de melhor entender as circunstâncias que regem a atual relação entre a potência asiática e a sua região antípoda. O modo de cooperação chinês também mereceria uma atenção mais dedicada com objetivo de poder estabelecer um modelo teórico completo das estruturas utilizadas pela RPC para promover a cooperação entre regiões. A fim de compreender de forma mais abrangente a relação estudada no trabalho sugere-se também uma ampliação dos presentes estudos no que tange a relação entre a reação dos EUA e a presença da China na América Latina a fim de melhor entender esse atual impeditivo derivado da relação entre Grandes Potências. Por fim, neste mesmo debate essa dinâmica tanto em caráter político internacional quanto em caráter econômico merece mais atenção do que seria uma perspectiva latino-americana dessa relação e os possíveis comparativos de se optar por uma ou outra grande potência no longo prazo e frente a mudanças de polaridade do SI. Conclui-se, então, que ainda que não responda todas as perguntas que possam ter surgido aos leitores no decorrer da análise deste trabalho, esse possa estimulá-los a voltar os olhos para a América Latina e Caribe e seus parceiros e com isso incentivar novas pesquisas e novos conhecimentos nas áreas aqui abordadas.

## REFERÊNCIAS

AEI, American Enterprise Institute and The Heritage Foundation. **China Global Investment Tracker**. Washington, D.C., 2021. public policy research. Disponível em: <https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>. Acesso em: 9 abr. 2021.

ALAO, Abiodun; ALDEN, Chris. Africa's Security Challenges and China's Evolving Approach to Africa's Peace and Security Architecture. *In: ALDEN, Chris et al. (org.). **China and Africa***. Cham: Springer International Publishing, 2018. p. 13–38. Disponível em: [https://doi.org/10.1007/978-3-319-52893-9\\_2](https://doi.org/10.1007/978-3-319-52893-9_2). Acesso em: 25 mar. 2021.

ALDEN, Chris et al. (org.). **China and Africa**. Cham: Springer International Publishing, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-3-319-52893-9>. Acesso em: 25 mar. 2021.

ALDEN, Chris; BARBER, Laura. Introduction: Seeking Security: China's Expanding Involvement in Security Cooperation in Africa. *In: ALDEN, Chris et al. (org.). **China and Africa***. Cham: Springer International Publishing, 2018. p. 1–10. Disponível em: [https://doi.org/10.1007/978-3-319-52893-9\\_1](https://doi.org/10.1007/978-3-319-52893-9_1). Acesso em: 25 mar. 2021.

ALDEN, Chris; ZHENG, Yixiao. China's Changing Role in Peace and Security in Africa. *In: ALDEN, Chris et al. (org.). **China and Africa***. Cham: Springer International Publishing, 2018. p. 39–66. Disponível em: [https://doi.org/10.1007/978-3-319-52893-9\\_3](https://doi.org/10.1007/978-3-319-52893-9_3). Acesso em: 25 mar. 2021.

ALLEN, Kenneth; SAUNDERS, Phillip C.; CHEN, John. **Chinese Military Diplomacy, 2003–2016: China Strategic Perspectives**. Washington, D.C.: Center for the Study of Chinese Military Affairs - Institute for National Strategic Studies - National Defense University, 2017.

ANAGNOSTAKIS, Dimitrios. **EU-US cooperation on internal security: building a transatlantic regime**. London ; New York, NY: Routledge, Taylor & Francis Group, 2017. (Routledge studies in European security and strategy).

AXELROD, Robert M. **The evolution of cooperation**. rev. eded. New York, NY: Basic Books, 1984.

BARAM, Gil; MENASHRI, Harel. Why can't we be friends? Challenges to international cyberwarfare cooperation efforts and the way ahead. **Comparative Strategy**, Londres, v. 38, n. 2, p. 89–97, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01495933.2019.1573069>

BARRETO, Lane. **Brasil tem nova base de pesquisas no continente**. Brasília, 2020. site oficial. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/seprod/noticias/brasil-tem-nova-base-de-pesquisas-no-continente>. Acesso em: 9 abr. 2021.

BARRON, Michael J. China's Strategic Modernization: The Russian Connection. **The US Army War College Quarterly: Parameters**, Carlisle, v. 31, n. 4, p. 3, 2001.

BARTON, Benjamin. China's security policy in Africa: A new or false dawn for the evolution of the application of China's non-interference principle? **South African Journal of International Affairs**, Braamfontein, v. 25, n. 3, p. 413–434, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10220461.2018.1526707>

BEER, Francis A. *et al.* Ranking international cooperation and conflict events. **International Interactions**, Londres, v. 17, n. 4, p. 321–348, 1992. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03050629208434787>

BENABDALLAH, Lina. China's Peace and Security Strategies in Africa: Building Capacity is Building Peace?. **African Studies Quarterly**. Gainesville, v. 16, n. 3, p. 18, 2016.

BÉRAUD-SUDREAU, Lucie; NOUWENS, Meia. Weighing Giants: Taking Stock of the Expansion of China's Defence Industry. **Defence and Peace Economics**, Londres, v. 32, n. 2, p. 151–177, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10242694.2019.1632536>

BITZINGER, Richard; CHAR, James (org.). **Reshaping the Chinese military: the PLA's roles and missions in the Xi Jinping era**. London ; New York, NY: Routledge/Taylor & Francis Group, 2019. (Asian security studies).

BOOTH, Ken; WHEELER, Nicholas J. Uncertainty. *In*: WILLIAMS, Paul D. (org.). **Security studies: an introduction**. London ; New York: Routledge, 2008.

BRASIL, República Federativa do. **Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China – Pequim, em 12 de abril de 2011**. Brasília, 2011. site oficial. Disponível em: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/comunicado-conjunto-entre-a-republica-federativa-do-brasil-e-a-republica-popular-da-china-pequim-em-12-de-abril-de-2011](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/comunicado-conjunto-entre-a-republica-federativa-do-brasil-e-a-republica-popular-da-china-pequim-em-12-de-abril-de-2011). Acesso em: 9 abr. 2021.

BRASIL, República Federativa do. **Declaração Conjunta entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China – 24 a 26 de outubro de 2019**. Brasília, 2019. site oficial. Disponível em: <http://antigo.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/21027-declaracao-conjunta-entre-a-republica-federativa-do-brasil-e-a-republica-popular-da-china-24-a-26-de-outubro-de-2019>. Acesso em: 9 abr. 2021.

BRASIL, República Federativa do. **República Popular da China**. Brasília, 2020. site oficial. Disponível em: <http://antigo.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4926-republica-popular-da-china>. Acesso em: 9 abr. 2021.

BRASIL, República Federativa do. **Visita do Primeiro-Ministro da República Popular da China, Li Keqiang, ao Brasil – Declaração Conjunta e Plano de Ação Conjunta – Brasília, 19 de maio de 2015**. Brasília, 2015. site oficial. Disponível em:

[https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-e-plano-de-acao-conjunta-visita-do-primeiro-ministro-do-conselho-de-estado-da-republica-popular-da-china-li-keqiang-brasilia-19-de-maio-de-2015](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-e-plano-de-acao-conjunta-visita-do-primeiro-ministro-do-conselho-de-estado-da-republica-popular-da-china-li-keqiang-brasilia-19-de-maio-de-2015). Acesso em: 9 abr. 2021.

BYMAN, Daniel. US counterterrorism intelligence cooperation with the developing world and its limits. **Intelligence and National Security**, Londres, v. 32, n. 2, p. 145–160, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02684527.2016.1235379>

CALCARA, Antonio. Cooperation and conflict in the European defence-industrial field: the role of relative gains. **Defence Studies**, Londres, v. 18, n. 4, p. 474–497, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14702436.2018.1487766>

CARROZZA, Ilaria. China's Multilateral Diplomacy in Africa: Constructing the Security-Development Nexus. In: JOHANSON, Daniel; LI, Jie; WU, Tsunghan. **New Perspectives on China's Relations with the World National, Transnational and International**. Bristol: E-International Relations, 2019.

CGTN. **Infographic: A quick guide to SCO and its military cooperation**. Pequim, 2018. Disponível em: <https://news.cgtn.com/news/3d3d414d7967444f77457a6333566d54/index.html>. Acesso em: 27 mar. 2021.

CHAMBERS, Rob W. **China's Space Program: A New Tool for PRC "Soft Power" in International Relations?** Monterey: NAVAL POSTGRADUATE SCHOOL MONTEREY CA, 2009.

CHARAP, Samuel; DRENNAN, John; NOËL, Pierre. Russia and China: A New Model of Great-Power Relations. **Survival**, Londres, v. 59, n. 1, p. 25–42, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00396338.2017.1282670>

CHENG, Joseph Yu-Shek. **Multilateral approach in China's foreign policy**. Hackensack, N.J: World Scientific Publishing, 2018.

CHINA, People's Republic of. **2019年6月国防部例行记者会文字实录 (Transcription of Defense Ministry's Regular Press Conference on Jun. 27)**. Pequim, 2019a. site oficial. Disponível em: [http://www.mod.gov.cn/shouye/2019-06/27/content\\_4844577\\_2.htm](http://www.mod.gov.cn/shouye/2019-06/27/content_4844577_2.htm). Acesso em: 10 abr. 2021.

CHINA, People's Republic of. **CELAC and China Joint Plan of Action for Cooperation on Priority Areas (2019-2021)**. Pequim: Ministry of Foreign Affairs of People's Republic of China, 2018a.

CHINA, People's Republic of. **China-Latin American and Caribbean Countries Cooperation Plan (2015-2019)**. Pequim: Ministry of Foreign Affairs of People's Republic of China, 2015.

CHINA, People's Republic of. **China's National Defense in the New Era**. Pequim, 2019b.

CHINA, People's Republic of. **China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean**. Pequim: Central Compilation & Translation Press, 2008. Disponível em: [http://www.gov.cn/english/official/2008-11/05/content\\_1140347.htm](http://www.gov.cn/english/official/2008-11/05/content_1140347.htm). Acesso em: 26 jun. 2018.

CHINA, People's Republic of. **China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean**. Pequim: Central Compilation & Translation Press, 2016a. Disponível em: [http://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/zxxx\\_662805/t1418254.shtml](http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/t1418254.shtml). Acesso em: 8 mar. 2017.

CHINA, People's Republic of. **SCO "Peace Mission 2018" anti-terrorism exercise kicks off in Russia - Ministry of National Defense**. Pequim, 2018b. site oficial. Disponível em: [http://eng.mod.gov.cn/news/2018-08/27/content\\_4823426.htm](http://eng.mod.gov.cn/news/2018-08/27/content_4823426.htm). Acesso em: 27 mar. 2021.

CHINA, People's Republic of. **The 13th Five-Year Plan for Economic and Social Development of the People's Republic of China (2016–2020)**. Pequim: Central Compilation & Translation Press, 2016b.

CHINA, People's Republic of. **The Facts and China's Position on China-US Trade Friction**. Pequim: Central Compilation & Translation Press, 2018c.

CHINA MILITARY ONLINE. **Fourth China-Latin America High-level Defense Forum launched - China Military**. Pequim, 2018. site de notícias. Disponível em: [http://eng.chinamil.com.cn/view/2018-10/30/content\\_9326872.htm](http://eng.chinamil.com.cn/view/2018-10/30/content_9326872.htm). Acesso em: 10 abr. 2021.

CORDESMAN, Anthony H. **China and the US: Choosing Between the Four "Cs" – Conflict and Containment Versus Competition and Cooperation**. Washington, D.C.: Center for Strategic and International Studies (CSIS), 2018.

CORRELL, Randall. Military Space Cooperation: Aligning the Balance of Power and Building Common Interest. **Astropolitics**, Londres, v. 2, n. 2, p. 133–147, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14777620490493575>

COTTEY, Andrew; FORSTER, Anthony. **Reshaping defence diplomacy: new roles for military cooperation and assistance**. Oxford ; New York: Oxford University Press for the International Institute for Strategic Studies, 2004. (Adelphi paper, v. 365).

DALLA COSTA, João Marcelo. The European quest for Security and Defence integration: challenges ahead. *In: WISC Conference Papers*, 2008, Ljubljana. **WISC Conference**. Ljubljana: WISC Papers, 2008.

DARWIN, Charles. **On the Origin of Species by Means of Natural Selection Or the Preservation of Favoured Races in the Struggle for Life.** Nova York: International Book Company, 1913.

DEFENSA.COM. **IV Foro de Defensa Chino Latinoamericano -noticia defensa.com - Noticias Defensa defensa.com Chile.** Madrid, 2018. Disponível em: <https://www.defensa.com/chile/iv-foro-defensa-chino-latinoamericano>. Acesso em: 10 abr. 2021.

DEFENSE ONE. **Beijing Announces Inaugural China-Africa Defense Forum.** Washington, D.C., 2018. site de notícias. Disponível em: <https://www.defenseone.com/threats/2018/06/china-announces-inaugural-china-africa-defense-forum/148753/>. Acesso em: 27 mar. 2021.

DING, Jeffrey. **Deciphering China's AI dream: the context, components, capabilities, and consequences of China's strategy to lead the world in AI.** Future of Humanity Institute. Oxford: Oxford University Press, 2018.

DINIZ, Eugenio. South Africa, Brazil, and India cooperating in defense. *In*: VAZ, Alcides Costa (org.). **Intermediate states, regional leadership and security: India, Brazil and South Africa.** Brasília, DF: Editora UnB, 2006.

DU PLESSIS, Rudolf. Comparing China's Approach to Security in the Shanghai Cooperation Organization and in Africa: Shifting Approaches, Practices and Motivations. *In*: ALDEN, Chris *et al.* (org.). **China and Africa.** Cham: Springer International Publishing, 2018. p. 311–331. Disponível em: [https://doi.org/10.1007/978-3-319-52893-9\\_16](https://doi.org/10.1007/978-3-319-52893-9_16). Acesso em: 25 mar. 2021.

DUFFIELD, John S.; MICHOTA, Cynthia; MILLER, Sara Ann. Alliances. *In*: WILLIAMS, Paul D. (org.). **Security studies: an introduction.** London ; New York: Routledge, 2008.

DYSON, Tom; KONSTADINIDES, Theodore. **European Defence Cooperation in EU Law and IR Theory.** London: Palgrave Macmillan UK, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/9781137281302>. Acesso em: 2 set. 2020.

ELLIS, Evan. **Chinese Security Engagement in Latin America.** Washington, D.C., 2020. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/chinese-security-engagement-latin-america>. Acesso em: 9 abr. 2021.

ELLIS, Evan. It's time to think strategically about countering Chinese advances in Latin America. *In*: GLOBAL AMERICANS. 2 fev. 2018a. Disponível em: <https://theglobalamericans.org/2018/02/time-think-strategically-countering-chinese-advances-latin-america/>. Acesso em: 10 abr. 2021.

ELLIS, Evan. **The Future of Latin America and the Caribbean in the Context of the Rise of China:** CSIS Americas Program. Washington, D.C.: CSIS - Center for Strategic and International Studies, 2018b.

ELMAN, Colin. Realism. *In*: WILLIAMS, Paul D. (org.). **Security studies: an introduction**. London ; New York: Routledge, 2008.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Oficiais do Exército Brasileiro concluem curso de altos estudos na National Defense University da China - Noticiário do Exército**. Brasília, 2020a. site oficial. Disponível em: [https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset\\_publisher/MjaG93KcunQl/content/id/11883242](https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQl/content/id/11883242). Acesso em: 10 abr. 2021.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Oficial do Exército Brasileiro concluiu curso de Estado-Maior na Escola de Comando do Exército Chinês - Noticiário do Exército**. Brasília, 2020b. site oficial. Disponível em: [https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset\\_publisher/MjaG93KcunQl/content/id/11882558](https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQl/content/id/11882558). Acesso em: 10 abr. 2021.

FEBRICA, Senia. **Maritime security and Indonesia: cooperation, interests and strategies**. London ; New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2017. (Routledge contemporary Southeast Asia series, v. 86).

FOCAC, (Forum on China-Africa Cooperation). **African Members of FOCAC**. Pequim, 2021. site oficial. Disponível em: [http://www.focac.org/eng/ltjj\\_3/ltffcy/](http://www.focac.org/eng/ltjj_3/ltffcy/). Acesso em: 27 mar. 2021.

FOCAC, (Forum on China-Africa Cooperation). **Forum on China-Africa Cooperation Beijing Action Plan (2019-2021)**. Pequim, 2018. site oficial. Disponível em: [http://www.focac.org/eng/zywx\\_1/zywj/t1594297.htm](http://www.focac.org/eng/zywx_1/zywj/t1594297.htm). Acesso em: 27 mar. 2021.

FOCAC, (Forum on China-Africa Cooperation). **THE FIFTH MINISTERIAL CONFERENCE OF THE FORUM ON CHINA-AFRICA COOPERATION BEIJING ACTION PLAN (2013-2015)**. Pequim, 2012. site oficial. Disponível em: [http://www.focac.org/eng/zywx\\_1/zywj/t954620.htm](http://www.focac.org/eng/zywx_1/zywj/t954620.htm). Acesso em: 27 mar. 2021.

FOCAC, (Forum on China-Africa Cooperation). **The Forum on China-Africa Cooperation Johannesburg Action Plan (2016-2018)**. Pequim, 2015. site oficial. Disponível em: [http://www.focac.org/eng/zywx\\_1/zywj/t1327961.htm](http://www.focac.org/eng/zywx_1/zywj/t1327961.htm). Acesso em: 27 mar. 2021.

FRAVEL, M. Taylor. Regime insecurity and international cooperation: Explaining China's compromises in territorial disputes. **International Security**, Cambridge, v. 30, n. 2, p. 46–83, 2005.

GLASER, Charles L. **Rational theory of international politics: the logic of competition and cooperation**. Princeton, N.J: Princeton University Press, 2010.

HAAS, M. de. **The Shanghai Cooperation Organisation: towards a full-grown security alliance?** The Hague: Netherlands Institute of International Relations Clingendael, 2007. *E-book*.

HAMLET, Lawrence. **Rethinking Realism with a Constructivist Twist**. 1 jun. 2003. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=bth&AN=11210133&site=eds-live>. Acesso em: 2 set. 2020.

HARTLEY, Keith; BRADDON, Derek. Collaborative projects and the number of partner nations. **Defence and Peace Economics**, Londres, v. 25, n. 6, p. 535–548, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10242694.2014.886434>

HEATH, Timothy R. **The Consolidation of Political Power in China Under Xi Jinping: Implications for the PLA and Domestic Security Forces**. Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2019.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Tradução: Rosina D'Angina. 1. ed. São Paulo: Martin Claret, 2014.

IISS, International Institute for Strategic Studies. China's Belt and Road Initiative in Latin America and the Caribbean. **Strategic Comments**, Londres, v. 24, n. 10, p. viii–ix, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13567888.2018.1565141>

IISS, International Institute for Strategic Studies (org.). **The Military Balance: Annual assesment of global military capabilities and defense economics**. London: Routledge, 2021. *E-book*.

JAKÓBOWSKI, Jakub. Chinese-led Regional Multilateralism in Central and Eastern Europe, Africa and Latin America: 16 + 1, FOCAC, and CCF. **Journal of Contemporary China**, Londres, v. 27, n. 113, p. 659–673, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10670564.2018.1458055>

JANES, I. H. S. JANE'S – China – World Armies. **IHS Janes**, Coulsdon, v. 1, 2009.

JANES, I. H. S. People's Republic of China: Country Profile. **Jane's Sentinel Security Assessment - China And Northeast Asia**, Coulsdon, 2015.

JANES, I. H. S. People's Republic of China: Country Profile. **Jane's Sentinel Security Assessment - China And Northeast Asia**, Coulsdon, 2017.

JERVIS, Robert. Cooperation under the Security Dilemma. **World Politics**, Cambridge, v. 30, n. 2, p. 167–214, 1978. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2009958>

JERVIS, Robert. Realism, neoliberalism, and cooperation. **International Security**, Cambridge, v. 24, n. 1, p. 42–63, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1162/016228899560040>

Ji, You. The PLA and Diplomacy: unraveling myths about the military role in foreign policy making. **Journal of Contemporary China**, Londres, v. 23, n. 86, p. 236–254, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10670564.2013.832526>

JONES, Seth G. **The rise of European security cooperation**. Cambridge ; New York: Cambridge University Press, 2007.

KANG, Heejoon; REUVENY, Rafael. An exploration of multi-country political conflict/cooperation interdependence. **International Interactions**, Londres, v. 26, n. 2, p. 129–152, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03050620008434963>

KEOHANE, Robert O. **After hegemony: cooperation and discord in the world political economy**. Princeton, N.J: Princeton University Press, 1984.

KEOHANE, Robert Owen; NYE, Joseph S. **Power and interdependence: world politics in transition**. Boston: Little, Brown, 1977.

KOLESKI, Katherine; BLIVAS, Alec. **China's Engagement with Latin America and the Caribbean**. Washington, D.C: US-China Economic and Security Review Commission, 2018.

LEI, Xue. China's Development-Oriented Peacekeeping Strategy in Africa. *In*: ALDEN, Chris *et al.* (org.). **China and Africa**. Cham: Springer International Publishing, 2018. p. 83–99. Disponível em: [https://doi.org/10.1007/978-3-319-52893-9\\_5](https://doi.org/10.1007/978-3-319-52893-9_5). Acesso em: 25 mar. 2021.

LENG, Alyssa; RAJAH. **Global trade through a US-China lens | The Interpreter**. Sydney, 2019. Disponível em: <https://www.lowyinstitute.org/the-interpreter/chart-week-global-trade-through-us-china-lens>. Acesso em: 28 mar. 2021.

LIU, Tony Tai-ting. Public Diplomacy: China's Newest Charm Offensive. *In*: JOHANSON, Daniel; LI, Jie; WU, Tsunghan. **New Perspectives on China's Relations with the World National, Transnational and International**. Bristol: E-International Relations, 2019.

LOCKE, John. **Carta Acerca da Tolerância ; Segundo Tratado Sobre o Governo ; Ensaio acerca do entendimento humano**. Tradução: Anoar Aiex; E. Jacy Monteiro. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

MAGNOTTA, Fernanda Petená. **A política dos Estados Unidos para a China na América Latina no início do século XXI: acomodação versus confrontação**. 181 f. 2019. Doutorado em Relações Internacionais - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2019.

MARCONDES, Danilo; BARBOSA, Pedro Henrique Batista. Brazil-China defense cooperation: A strategic partnership in the making? **Journal of Latin American Geography**, Austin, TX, v. 17, n. 2, p. 140–166, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/lag.2018.0025>

MCGINNIS, Michael. Limits to cooperation: Iterated graduated games and the arms race. **International Interactions**, Londres, v. 16, n. 4, p. 271–293, 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03050629108434762>

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Delegação Chinesa conhece atuação de Logística do Ministério da Defesa**. Brasília, 2019. site oficial. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/diretor-de-desporto-militar-apresenta-programas-na-fiesp-2>. Acesso em: 9 abr. 2021.

MUNTON, Don. Intelligence Cooperation Meets International Studies Theory: Explaining Canadian Operations in Castro's Cuba. **Intelligence and National Security**, Londres, v. 24, n. 1, p. 119–138, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02684520902756960>

MYERS, Margaret; BARRIOS, Ricardo. **How China Ranks Its Partners in LAC**. Washington, D.C., 2021. blog. Disponível em: <https://www.thedialogue.org/blogs/2021/02/how-china-ranks-its-partners-in-lac/>. Acesso em: 10 abr. 2021.

NOWAK, M. A.; HIGHFIELD, Roger. **SuperCooperators: altruism, evolution, and why we need each other to succeed**. 1st Free Press hardcover eded. New York: Free Press, 2011.

ONUKEI, Janina. Defense Cooperation: The South American Experience. **Brazilian Political Science Review**, São Paulo, v. 12, n. 1, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-3821201800010007>. Acesso em: 2 set. 2020.

PAES, Lucas de Oliveira *et al.* Narratives of Change and Theorisations on Continuity: the Duality of the Concept of Emerging Power in International Relations. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, p. 75–95, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-8529.2017390100004>

PARK, Yoon Jung. Chinese Migration in Africa. **SAIIA Occasional Paper Number 24**, Johannesburg, v. 24, n. 1, China in Africa Project, 2009.

QIU, Jin. **Rì rén shíjǐng jūn suǒ hé jí yòng yuán yùn (日人石井君索和即用原韵)**. “A Reply Verse in Matching Rhyme”. (1875-1907). Five Poems. Asymptote 2021. Traduzido do Chinês por Yilin Wang. Disponível em: <https://www.asymptotejournal.com/poetry/qiu-jin-five-poems/>

REISDOERFER, Bruna Rohr. **A polaridade, a balança de ameaças e as capacidades militares da União Europeia no Pós-Guerra Fria**. 127 f. 2018. Dissertação de Mestrado em Ciências Militares - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.

REZENDE, Lucas Pereira. **Sobe e desce! : explicando a cooperação em defesa na América do Sul : uma teoria realista-ofensiva**. 2013. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000906479&loc=2014&l=98f641812a2b6a51>. Acesso em: 2 set. 2020.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis; VITELLI, Marina Gisela (org.). **Dicionário de segurança e defesa**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

SCO, (Shanghai Cooperation Organization). **The Astana declaration of the Heads of State of the Shanghai Cooperation Organisation**. Astana: SCO, 2017.

SCO, (Shanghai Cooperation Organization). **The Shanghai Cooperation Organisation**. Pequim, 2021. site oficial.

SHEN, Zhixiong. On China's Military Diplomacy in Africa. *In*: ALDEN, Chris *et al.* (org.). **China and Africa**. Cham: Springer International Publishing, 2018. p. 101–122. Disponível em: [https://doi.org/10.1007/978-3-319-52893-9\\_6](https://doi.org/10.1007/978-3-319-52893-9_6). Acesso em: 25 mar. 2021.

STEINBRUNER, John D. **The cybernetic theory of decision: new dimensions of political analysis ; with a new preface by the author**. Princeton: Princeton Univ. Press, 2002.

SU, Chi-Wei *et al.* Does Optimal R&D Intensity Level Exist in Chinese Defense Enterprises? **Defence and Peace Economics**, Londres, v. 32, n. 1, p. 107–124, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10242694.2019.1597464>

TOKATLIAN, Juan Gabriel. **El Pentágono y América Latina**. Buenos Aires, 2018. site de notícias. Disponível em: [https://www.clarin.com/opinion/pentagono-america-latina\\_0\\_S1SPULhPX.html](https://www.clarin.com/opinion/pentagono-america-latina_0_S1SPULhPX.html). Acesso em: 10 abr. 2021.

TURPIN, Lee David. UK-EU Military Cooperation and Brexit from a Neoclassical Realist Perspective: No Big Deal? *In*: BACIU, Cornelia-Adriana; DOYLE, John (ed.). **Peace, security and defence cooperation in post-Brexit Europe**. 1st edition. New York, NY: Springer Berlin Heidelberg, 2019.

UKEJE, Charles; TARIKU, Yonas. Beyond Symbolism: China and the African Union in African Peace and Security. *In*: ALDEN, Chris *et al.* (org.). **China and Africa**. Cham: Springer International Publishing, 2018. p. 289–309. Disponível em: [https://doi.org/10.1007/978-3-319-52893-9\\_15](https://doi.org/10.1007/978-3-319-52893-9_15). Acesso em: 25 mar. 2021.

USA, United States of America. **Hearing on China's Military Power Projection and U.S. National Interests**: U.S.-China Economic and Security Review Commission's Annual report cycle. Washington, D.C.: U.S.-China Economic and Security Review Commission, 2020. Hearing.

USA, United States of America. **Remarks of Secretary of State Rex Tillerson on U.S. engagement in the Western Hemisphere**. Washington, D.C., 2018. site oficial. Disponível em: <https://br.usembassy.gov/remarks-secretary-state-rex-tillerson-u-s-engagement-western-hemisphere/>. Acesso em: 10 abr. 2021.

VADELL, Javier A. A China na América do Sul e as Implicações Geopolíticas do Consenso do Pacífico. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 40, p. 57–79, 2011.

VADELL, Javier A. China in Latin America: South-South Cooperation with Chinese Characteristics. **Latin American Perspectives**, Riverside, CA, v. 46, n. 2, p. 107–125, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0094582X18815511>

VILLA, Rafael Duarte; BRAGA, Camila de Macedo. Segurança Internacional. *In*: SAINT-PIERRE, Héctor Luis; VITELLI, Marina Gisela (org.). **Dicionário de segurança e defesa**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

VILLAS BOAS, Eduardo Dias da Costa. Relações Brasil - China: Perspectivas para o Século XXI. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, v. 40, p. 221–259, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.47240/revistadaesg.v0i40>

WALTZ, Kenneth N. **Theory of international politics**. Reading, Mass: Addison-Wesley Pub. Co, 1979. (Addison-Wesley series in political science).

WANG, Xuejun. Developmental Peace: Understanding China's Africa Policy in Peace and Security. *In*: ALDEN, Chris *et al.* (org.). **China and Africa**. Cham: Springer International Publishing, 2018. p. 67–82. Disponível em: [https://doi.org/10.1007/978-3-319-52893-9\\_4](https://doi.org/10.1007/978-3-319-52893-9_4). Acesso em: 25 mar. 2021.

WB, (World Bank). **GDP (current US\$) | Data**. Washington, D.C., 2021. site oficial. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD>. Acesso em: 27 mar. 2021.

WB, (World Bank). **Population, total | Data**. Washington, D.C., 2019. site oficial. Disponível em: [https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL?end=2019&name\\_desc=false&start=2019&view=bar](https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL?end=2019&name_desc=false&start=2019&view=bar). Acesso em: 27 mar. 2021.

WENDT, Alexander. **Social theory of international politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. v. 67

WISE, Carol; CHONN CHING, Victoria. Conceptualizing China–Latin America relations in the twenty-first century: the boom, the bust, and the aftermath. **The Pacific Review**, Londres, v. 31, n. 5, p. 553–572, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09512748.2017.1408675>

WITS, (World Integrated Trade Solution). **Detailed Country Analysis | WITS | Visualization**. Washington D.C., 2018. banco de dados. Disponível em: <http://wits.worldbank.org/visualization/detailed-country-analysis-visualization.html>. Acesso em: 9 abr. 2021.

XI, Jinping. **New Asian Security Concept For New Progress in Security Cooperation**. Shanghai: Central Compilation & Translation Press, 2014. Disponível em: [https://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/zxxx\\_662805/t1159951.shtml](https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/t1159951.shtml)

XINHUA. 1st China-Africa peace, security forum opens in Beijing. **Xinhua**, Beijing, 15 jul. 2019. Disponível em: [http://www.xinhuanet.com/english/2018-06/26/c\\_137282618.htm](http://www.xinhuanet.com/english/2018-06/26/c_137282618.htm). Acesso em: 27 mar. 2021.

XINHUA. China-Africa defense, security forum opens in Beijing. **Xinhua**, Beijing, 29 jun. 2018. Disponível em: [http://www.xinhuanet.com/english/2018-06/26/c\\_137282618.htm](http://www.xinhuanet.com/english/2018-06/26/c_137282618.htm). Acesso em: 27 mar. 2021.

XU, ShiCheng. **Diez sucesos entre China y América Latina en 2018**. Pequim, 2019. site de notícias. Disponível em: [http://spanish.chinatoday.com.cn/2018/gcpl/201901/t20190108\\_800153760.html](http://spanish.chinatoday.com.cn/2018/gcpl/201901/t20190108_800153760.html). Acesso em: 10 abr. 2021.

YU, Lei. China's strategic partnership with Latin America: a fulcrum in China's rise. **International Affairs**, Oxford, v. 91, n. 5, p. 1047–1068, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1468-2346.12397>

ZAGARE, Frank C. Game Theory. *In*: WILLIAMS, Paul D. (org.). **Security studies: an introduction**. 2nd eded. London ; New York: Routledge, 2013.

ZHANG, Chun. China-Africa Cooperative Partnership for Peace and Security. *In*: ALDEN, Chris *et al.* (org.). **China and Africa**. Cham: Springer International Publishing, 2018. p. 123–144. Disponível em: [https://doi.org/10.1007/978-3-319-52893-9\\_7](https://doi.org/10.1007/978-3-319-52893-9_7). Acesso em: 25 mar. 2021.